Maio / Junho 2012
Ano 7_nº52
www.quercus.pt
Distribuição gratuita

Quercus
AMBIENTE

REFLEXÕES SOBRE O FUTURO DA PAC PÓS-2013

Página **10_11**

ENTREVISTA A JAIME FERREIRA
sobre Agricultura Biológica

Página **4_5**

RESERVA NATURAL DAS ILHAS SELVAGENS

Página **24**

OGM- QUAIS OS RISCOS PARA A AGRICULTURA

Página **6**

A GRALHA GRACINDA E A CABRA URZELINA - UMA AMIZADE NA SERRA
CONTO DA NATUREZA

Página **27**

Mecenas Principal

REN Redes Energéticas Nacionais

Mecenas Jornal

valorpneu

VEOLIA ÁGUA

Situada em pleno Parque Nacional da Peneda-Gerês, rodeada de sossego, muita paz, tranquilidade e paisagens de cortar a respiração, a Pousada de Juventude de Vilarinho das Furnas reúne condições únicas para passar uns dias inesquecíveis!

POUSADA DE JUVENTUDE
Vilarinho das Furnas

Situado no extremo noroeste de Portugal, entre o Alto Minho e Trás-os-Montes, o Parque Nacional da Peneda-Gerês, criado em 1971, foi a primeira área protegida do país, constituindo o único Parque Nacional. Único devido à diversidade de fauna e flora, único pelas serras grandiosas, único na vegetação mediterrânea e atlântica, único nos modos de viver que ainda encerra.

Para se conhecer bem este Parque Natural há que andar o máximo que se puder a pé, pois só assim se consegue ver o que esconde esta natureza em estado puro. Para tal, existem imensos percursos pedestres devidamente assinalados. Bem perto da Pousada fica a Mata da Abergaria, onde se pode observar vegetação que só existe aqui. Água por aqui é coisa que não falta. Podemos deslumbrar as ribeiras a caírem por entre as pedras, algumas de várias dezenas de metros, fazendo autênticas cascatas naturais, onde se pode tomar um valente banho de água pura, coisa rara nos tempos de correm!

Este envolvimento natural foi a motivação para que esta pousada fosse escolhida para estar entre as duas primeiras pousadas que realizaram um estudo da pegada ecológica, em parceria com a Quercus. Esta Pousada com os seus 3,27 ha de área arborizada e jardins tem já uma compensação de cerca de 2,5% da sua pegada. Nesta pousada já são implementadas algumas medidas e/ou práticas ambientais; na separação de alguns dos residuos para reciclagem, nomeadamente o óleo alimentar usado; na redução do consumo o consumo de água e energia foram instalados nos chuveiros e lavatórios temporizadores nas torneiras, e ainda foram colocados objectos nos reservatórios (garrafa de água de 1.5 litros), reduzindo o volume de descarga do autoclismo. No âmbito da electricidade são utilizadas lâmpadas de baixo consumo, assim como temporizadores e sensores nas salas de convívio e corredores, que só ligam aparelhos quando são necessários. Com excepção do edifício principal, um pré-fabricado, a PJ apresenta um bom isolamento térmico e acústico ao nível das paredes, janelas e portas. Quanto a energias renováveis, a PJ possui instalações predestinadas para painéis fotovoltaicos e colectores, mas devido a factores económicos ainda não foram instalados. No sentido de diminuir o consumo de combustíveis, a PJ opta pelo bom estado de manutenção dos seus veículos e, no caso, de pequenos trajectos por deslocações a pé ou bicicleta.

Foram sugeridas pela Quercus várias medidas e/ou práticas ambientais para contribuir de redução da pegada por cada categoria de consumo. Na área dos residuos foi sugerida reutilização de resíduos, assim como o aumento da separação para reciclagem e implementação de um sistema de compostagem. Na área do consumo de energia electrica foi sugerida a instalação de painéis fotovoltaicos e colectores; uso de técnicas de arborização e corte de energia aos aparelhos em stand-by. No consumo dos combustíveis fosseis foram sugestões o uso eficiente das viaturas e a substituição do aquecimento central a gás por caldeira a biomassa. Para a água foram sugestões a manutenção da canalização, instalação de colectores pluviais, reutilização de água, instalação de redutores de caudal nas torneiras e aspersores de jardim eficientes e sem temporizadores. No consumo de recursos agro-pecuários e pesqueiros foram sugeridas a criação de áreas agrícolas e plantação de árvores de fruto, preferência por frutos e legumes da época, redução do uso de material embalado e a preferência por produtos biológicos.

Localizada junto à aldeia de S. João de Campo, esta pousada do segmento Natureza Aventura e integrada num ambiente natural, disponibiliza 192 camas distribuidas por 24 quartos duplos, 30 quartos multiplos e 6 bungalows.

Irá ser igualmente iniciado um projeto de compensação da pegada através plantação de árvores pelo projecto Floresta Comum da Quercus. Visite a Pousada de Vilarinho das Furnas no coração do Parque Natural da Penda do Gerês, podendo disfrutar da natureza e podendo ainda contribuir para reflrorestação com espécies autóctones.

Contatos
Pousada de Juventude de Vilarinho das Furnas
Rua da Pousada, 1
4840-030 Campo do Gerês

Tel. +351 253 351 339 / Fax. +351 253 352 864
E-mail: vilarinho@movijovem.pt
www.pousadasjuventude.pt

AGUACEIROS DE MUDANÇA? A REFORMA DA PAC E O CAMINHO PARA O RIO+20

José João Sá

Nuno Sequeira
Presidente da Direcção Nacional da Quercus

A chuva finalmente chegou por este início de Maio, muito atrasada é certo, mas trazendo um leve ar de frescura e de esperança à Primavera que vai correndo ligeira em direcção a um Verão que promete ser difícil no nosso país. Com efeito, e embora estejam ainda por determinar os reais impactes ecológicos da situação de seca que temos vivido, é demasiado provável que não se consiga recuperar do Inverno com níveis de precipitação muito abaixo dos normais e como tal, venham a existir problemas de vária ordem, principalmente em termos do sector agrícola.

E é neste cenário de seca, e com a desertificação em território nacional a aumentar, que segue a discussão em torno da revisão da Política Agrícola Comum (PAC) pós 2013, PAC esta que absorve actualmente cerca de 40% do orçamento da União Europeia e onde não se preveêm vir a existir alterações ao nível dos seus montantes totais. O facto da União Europeia continuar a gastar anualmente cerca de 50 mil milhões de euros em subsídios para a agricultura serão motivos mais do que suficientes para que esta discussão (e negociação) se alongue nos próximos meses, dado que a reforma da PAC necessita de uma aprovação conjunta do Conselho e Parlamento Europeus.

Mas os cidadãos e os consumidores europeus terão também uma palavra a dizer relativamente a esta importante reforma, não só de uma política mas também de um paradigma social e económico, que se pretende operar na agricultura europeia. Com efeito, é necessário que perante uma actividade tão importante, fornecedora dos alimentos essenciais à nossa sobrevivência mas também modeladora (no bom e no mau sentido) dos ecossistemas, os decisores saibam ouvir as expectativas dos cidadãos, que querem definitivamente uma agricultura de futuro na União Europeia, com produtos seguros e de qualidade, mas sempre produzidos em respeito pelo Ambiente.

Apesar destas certezas, sabemos contudo que o ano de 2012 será um ano de grandes desafios para o Ambiente, tanto a nível nacional, como internacional. Temos em mãos uma crise económica e financeira que está a fazer muitos esquecer o futuro e pensar apenas no presente, criando um esquecimento sobre a crise ambiental que infelizmente continuamos a viver. Problemas tão graves como o aquecimento global, o aumento exponencial da população humana ou a perda global de biodiversidade são efectivamente uma realidade que continua a afectar seriamente o nosso planeta e é necessário que continuemos a apostar em soluções, e não em adiamentos, que comprometam todos os esforços feitos até ao momento e sobretudo o nosso futuro.

Neste sentido, aproximamo-nos a passos largos da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (CNUDS ou "Rio+20"), vinte anos após a primeira Cimeira da Terra – Rio 92. A Conferência "Rio+ 20" decorrerá, como o nome indica, na cidade do Rio de Janeiro, Brasil, de 20 a 22 de Junho deste ano, e nesta Conferência, Governos, instituições internacionais, ONG e sociedade civil de todo o Mundo irão debater e apontar caminhos para um desenvolvimento sustentável, sendo que o foco central da discussão será a transição para uma economia verde global, no contexto da erradicação da pobreza, e a governança para um desenvolvimento sustentável.

A Quercus, à semelhança de muitas outras instituições, vai participar com uma proposta nesta Conferência e está fortemente empenhada em levar o "Rio+20"ao conhecimento de toda a sociedade, de modo a conseguir o seu envolvimento nos importantes temas a debater. Nesse sentido apresentou recentemente a campanha internacional intitulada "O que nos une a todos", que vai consistir numa série de acções a realizar ao longo das próximas semanas e que pretende mobilizar a sociedade para o evento. Deste programa faz parte o lançamento de uma música com o título de "O que nos une a todos", de um videoclip, a organização de conferências e o lançamento da iniciativa "5 Saídas Para a Crise".

Esperamos também poder contar com todos vós, no apoio e participação nestas iniciativas, a caminho do "Rio+20"!

MACROSCÓPIO

Jaime Ferreira

A AGROBIO já existe há mais de duas décadas, tendo uma vasta experiência na área da agricultura biológica. Diga-nos o que falta fazer para que a agricultura biológica passe a ser uma opção de muitos mais agricultores?
Em primeiro lugar é necessário mais informação sobre o que é a Agricultura Biológica. É indispensável uma política nacional agrícola que aposte claramente na Agricultura Biológica, uma vez que na União Europeia já existe um Plano de Acção para o Desenvolvimento da Agricultura Biológica. Os agricultores que já fazem agricultura convencional tem de sentir que existe uma clara vantagem na conversão para a Agricultura Biológica. Os candidatos a novos agricultores tem de ser mais apoiados e incentivados através de uma descriminação positiva dos apoios financeiros. Na nova politica de acesso à terra – Banco de Terras, nomeadamente nas propriedades do Estado deve existir uma prioridade para quem se pretenda instalar como agricultor biológico.

Acha que deveriam de existir maiores apoios do Governo para que a produção biológica fosse superior e estivesse mais presente no mercado?
Embora se sinta um interesse da parte do atual Governo em dar mais atenção à Agricultura Biológica Nacional, os apoios atuais são praticamente inexistentes, e resultam da actual Politica Agrícola Comunitária. É necessário apoio à produção, comercialização e exportação.

Pode o turismo em Portugal ser um mercado privilegiado para os produtos biológicos, com a vantagem de oferecer maior qualidade ao sector turístico e ser uma "exportação" cá dentro?
Sim. Existe um enorme potencial no turismo de qualidade como mercado consumidor. O cliente deste turismo está mais informado e tem tendência a procurar as especificidades locais, nomeadamente os produtos locais, frescos e sazonais. O produto biológico enquadra-se neste padrão oferecendo ainda um alimento seguro e amigo do ambiente. Os hotéis, restaurantes e mercados locais de verão podem ser um excelente meio de dar a conhecer os produtos biológicos nacionais.

Teme que a predominância da agricultura intensiva em Portugal e no Mundo ponha em causa de forma irremediável a nossa capacidade produtiva ao nível da agricultura, nomeadamente na destruição dos solos e na poluição da água?
O risco existe, e não podemos esquecer que alguns dos nossos melhores solos e aquíferos no Ribatejo, Alentejo e Algarve apresentam problemas graves de poluição.

Contudo, temos esperança que no atual quadro mundial de crise que é, também, ambiental, a utilização irracional de recursos como a água, o solo e uso indiscriminado de pesticidas e adubos químicos de síntese sejam mais restritos. Acresce que agricultura intensiva é altamente dependente de combustíveis fósseis e com a atual tendência de subida dos preços é economicamente insustentável.

AGRICULTURA BIOLÓGICA

Jaime Manuel Carvalho Ferreira é licenciado em Engenharia Florestal pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto-Douro. Realizou também uma Pós-gradução em Produção Agrícola Tropical, na Universidade Técnica de Lisboa/ Instituto Superior de Agronomia.
Foi dirigente da Quercus, é Técnico Superior do Instituto da Conservação da Natureza e Biodiversidade, e Presidente da direcção da AGROBIO - Associação Portuguesa Agricultura Biológica desde 2009.

a **Jaime Ferreira**

ENTREVISTA

Idalina Perestrelo e **Nuno Sequeira**

Jaime Ferreira

Jaime Ferreira

Jaime Ferreira

Jaime Ferreira

Neste contexto, o papel do consumidor, é também decisivo. A agricultura no seu papel básico de produção de alimentos que contribuem para a auto-suficiência e segurança alimentar tem de interessar e envolver os consumidores. As escolhas dos consumidores por alimentos seguros, locais, frescos, sazonais e biológicos, são capazes de influenciar as opções dos agricultores.

Existe, outro aspeto pouco referido mas com enorme relevância ambiental. No âmbito da conservação da natureza, a agricultura biológica devia ser uma atividade prioritária nas áreas classificadas, onde se encontram o Parque Nacional da Peneda Gerês e outros Parques e Reservas Naturais. Não é compreensível que algumas das culturas agrícolas mais intensivas se situem precisamente dentro de Áreas Protegidas.

E ainda em relação a este ponto, temos assistido nos últimos anos, com o apoio dos vários Governos, a uma aposta massiva nos olivais intensivos e super-intensivos no nosso país. Julga que este tipo de culturas será uma boa aposta para Portugal?
A médio e longo prazo são uma má opção. O sistema de cultivo destes olivais faz uso de elevadas quantidades de adubos químicos de síntese, pesticidas, água doce, e estão instalados nos melhores solos de Portugal. O resultado final deste tipo de produção é um azeite que provavelmente contem resíduos tóxicos e solos e aquíferos contaminados.

Podemos, ainda falar do destino deste tipo de azeite que é o mercado global de produção em massa que nunca poderá valorizar este produto como um produto de alta qualidade.

Como vê a questão da introdução dos Organismos Geneticamente Modificados na alimentação humana e a sua relação com aqueles que querem cultivar em modo biológico? E relativamente ao consumidor, julga que existe informação suficiente para que o consumidor possa fazer uma verdadeira escolha relativamente aos OGM?
A AGROBIO considera, de acordo com diversos estudos publicados, que as culturas GM apresentam riscos inaceitáveis para a vida selvagem e para a saúde, sendo obtidas por meio de uma tecnologia imprecisa e arriscada, à qual existem alternativas mais eficazes, no âmbito do melhoramento convencional.
Nota que a experiência adquirida demonstra que as culturas GM ficaram aquém das promessas de aumento de produtividade, de redução da aplicação de pesticidas, de redução dos custos e produção e de aumento do rendimento dos agricultores.
Considera, pois, que as culturas GM não trazem benefícios para a sociedade, ambiente ou prosperidade económica da agricultura e não são compatíveis com o objetivo da Agricultura Biológica de produzir alimentos benéficos para a saúde, o ambiente e o bem-estar animal.

(ver posição da AGROBIO em http://agrobio.pt/images/documentos/press-releases/ogmresumo.pdf)

Julga que falta um trabalho mais agressivo na educação da população para que se aposte numa alimentação mais saudável, com produtos de agricultura biológica, mesmo que isso signifique um custo mais elevado a curto prazo e um menor custo a longo prazo tendo em conta os benefícios para a saúde e o Ambiente?
De facto, falta uma aposta mais clara na educação para uma alimentação saudável em particular para a população escolar.

A obesidade crescente na população em geral, e nas crianças em particular, é preocupante.

Para nós, uma alimentação saudável não é só uma questão de dieta equilibrada. Não se deve falar de alimentação saudável esquecendo a qualidade dos alimentos. Só os alimentos biológicos podem garantir uma qualidade elevada.

Por outro lado, ensinar a consumir produtos locais, sazonais e frescos é essencial, e são regra geral mais baratos.

Que mensagem final gostaria de deixar aos leitores do Quercus Ambiente, tendo em conta as relações mais que óbvias entre a Agricultura Biológica e a defesa do Ambiente?
A Agricultura Biológica é promotora da Biodiversidade e, no quadro ambiental nacional é o modelo agrícola mais sustentável.

A agricultura biológica não subsiste sem a biodiversidade e gera bens públicos (alimentos seguros e serviços ambientais) que devem ser reconhecidos por todos.

Assim, consumir produtos biológicos, sobretudo nas quintas agrícolas, em mercados locais e em lojas da especialidade deve ser uma opção de consumo responsável

OGM- QUAIS OS RISCOS PARA A AGRICULTURA

Plataforma Transgénicos Fora

Que mal é que fazem os OGM?...
A Agricultura Biológica nasceu no pós II Grande Guerra em resposta a uma questão semelhante: que mal fazem os químicos? Essa resposta teve o apoio dos factos - os comprovativos da nocividade de adubos e pesticidas químicos para a alimentação e a saúde humanas - e o apoio dos consumidores.

Após a crise petrolífera, a grande indústria agroalimentar viu na investigação genética a possibilidade de investimento exclusivo, pela sua tecnicidade e pela possibilidade de patentear os produtos. Aconteceu em 1982 ser "pela 1ª vez patenteado um ser vivo: um rato transgénico com tendência para desenvolver cancros" (Ar Livre nº10, p. 9). A que se sucederam inúmeras outras patentes e inúmeros "acidentes", ocultação de informação pelas empresas produtoras e financiamento de grupos de pressão e de instituições académicas e políticas

Mas, afinal, que mal é que fazem os transgénicos?
Não se sabe muito. Até porque são as próprias empresas que fazem ou encomendam a maioria da investigação e só divulgam o que querem. Mas as experiências científicas que lhe estão subjacentes, ao ultrapassarem as barreiras naturais das espécies - entre plantas e bactérias, fungos e animais, por exemplo - envolvem perigos novos. As consequências da engenharia genética são, por definição, imprevisíveis. Pelo que qualquer descuido ou imprecaução pode ter graves consequências para a saúde das pessoas, para as sociedades humanas e para os ecossistemas. A falta de precaução é MUITO perigosa, por vezes, um erro irreversível.

Os produtores de transgénicos fazem mal, portanto, em "pôr o carro à frente dos bois" forçando a produção de plantas e animais e a sua comercialização sem a prévia investigação científica extensiva e sem o prévio consenso científico sobre a inocuidade de cada um dos seus produtos.

Os produtores de transgénicos fazem mal quando instrumentalizam a confiança dos cidadãos na ciência, no progresso e na tecnologia simplesmente para impingirem os seus produtos sem nenhuma preocupação quanto às suas consequências. Como aconteceu com a energia nuclear, procuram impor pela manipulação da informação e pela pressão política, uma tecnologia potencialmente muito perigosa, só acessível a poucas empresas e a poucos países, em detrimento de alternativas melhores, acessíveis a um maior número e que não são perigosas... mas que não dão tanto lucro porque não estão sujeitas a patentes.

Nos anos 70, os defensores da energia nuclear também diziam que pôr em causa o nuclear - o "átomo pacífico" como então diziam - era o mesmo que defender o retorno às cavernas. Mas está hoje cada vez mais claro que existem alternativas científicas e tecnologias de ponta alternativas à energia nuclear, que são seguras e suficientemente produtivas.

Os produtores e vendedores de OGM fazem mal em prometer vantagens e benefícios e em esconder informação, viciar protocolos científicos ou dificultar a prevenção de riscos.

Fazem mal em prometer aumento de produtividade que não se comprova: estudos independentes mostram que não há transgénicos à venda que sejam mais produtivos do que as variedades convencionais de ponta; a soja transgénica chega a ter uma quebra de 9%.

Fazem mal ao iludir muitos camponeses pobres, na Índia, por exemplo, levando-os ao sacrifício da própria vida. Este ano pela primeira vez um ministro indiano reconheceu a ligação entre o aumento dos suicídios de camponeses e a sua adoção do algodão transgénico.

Fazem mal em dizer que os OGM requerem menos uso de pesticidas e outros químicos, porque o que se verifica é o contrário.

Fazem mal em promover melhorias desnecessárias ou que não passam de meros argumentos publicitários de uma economia consumista (como a introdução de ómega 3, ácidos gordos essenciais, redução de fósforo).

Fazem mal em omitir informações e em mentir aos cidadãos e às autoridades. As empresas dos transgénicos já mostraram que não são de confiança!

Os negociantes em transgénicos fazem mal em disseminar plantas potencialmente perigosas, alegando hipocritamente um contributo para o combate à fome no mundo, quando se sabe que a fome deriva antes do mais da pobreza, que aumenta a par dos aumentos dos lucros das empresas que os difundem.
Amartya Sen ganhou o prêmio Nobel de 1998 em parte pela sua demonstração de que a fome, nos tempos modernos, não é tipicamente o produto de uma falta de alimentos, mas sim, frequentemente, gerada a partir de problemas nas redes de distribuição de alimentos ou de políticas governamentais no mundo em desenvolvimento (in http://pt.wikipedia.org/wiki/Fome" \l "Fome_no_Mundo).

Os defensores dos transgénicos fazem mal quando reduzem a globalização ao reino da má moeda e dos maus produtos, pois a globalização da concentração da propriedade das terras, das sementes e dos insumos agrícolas pode aumentar a concentração da riqueza mundial nas mãos de poucos mas o extremar global de injustiças e de imposições será reconhecidamente fonte da globalização de violentos sofrimentos... e conflitos.

Em particular, a defesa dos transgénicos na Europa por referência ao preço dos alimentos manipulados pelas multinacionais do agronegócio faz mal aos europeus pois representa, além da globalização da ameaça genética, a submissão aos especuladores que no passado próximo se serviram da crise climática para promover os biocombustíveis; biocombustíveis estes que ajudaram a criar a crise alimentar que agora lhes serve de argumento para a venda das suas patentes sobre OGM e respectivos químicos, e para aumentar a pressão milionária para a autorização dos OGM pela Comissão Europeia. Além da pressão para o patenteamento de todas as sementes, tentando monopolizar o seu comércio e ilegalizar a troca pelos agricultores das sementes tradicionais!...

Entretanto, os europeus têm defendido e ganharão (até na concorrência comercial) em defender acerrimamente culturas agrícolas e alimentos livres de OGM, referência alimentar e ambiental de qualidade em harmonia com a herança civilizacional do continente.

Não deveremos, de facto, importar e consumir transgénicos que não obedeçam aos critérios de rigor e precaução definidos cientificamente, nem para a alimentação humana nem para a alimentação animal. Temos de exigir que a carne, o leite e os ovos provenientes de animais alimentados com rações geneticamente modificadas sejam identificados e rotulados como tal para que os consumidores possam escolher os seus alimentos.

Os consumidores europeus precisam de uma produção agro-industrial sustentável, que crie emprego e riqueza para si, mas que seja respeitadora dos agricultores e da qualidade dos alimentos em todo o mundo, que proteja a paisagem, os recursos naturais e o Ambiente.
Para garantir a segurança alimentar, precisamos de favorecer a estabilidade e a equidade no comércio internacional: não precisamos de nos submeter aos interesses comerciais de empresas transnacionais.
Um estudo sobre a agricultura mundial concluído em 2008 demonstrou que existem outras e melhores tecnologias agrícolas - como a agricultura biológica -, que podem ser ou já estão a ser postas em prática. Só falta vontade política. Os cidadãos europeus têm mostrado ter essa vontade política e defendê-la junto das instâncias de poder. Vamos continuar a fazê-lo!

(Intervenção da Plataforma Transgénicos Fora no Colóquio organizado na loja da Biocoop em 30.03.2012 em Lisboa.)
http://www.stopogm.net

AGRICULTURA BIOLÓGICA E A REFORMA DA POLÍTICA AGRÍCOLA COMUM 2014-2020

Jaime Ferreira
Presidente da Direcção

1. Agricultura Biológica em Portugal

Desde 1985, ano da constituição da AGROBIO, em que surgem os primeiros agricultores em AB, até hoje em que existem 1651 produtores e 157 179 ha em AB [4,5% da área agrícola (2009); média europeia: 4,5%], este modo de produção nunca parou de crescer até 2007. De 2007 a 2009, há um decréscimo no número de produtores e na área em AB. Actualmente, as pastagens, o olival e as plantas aromáticas, ocupam maiores áreas em modo de produção biológico. Na pecuária, o gado ovino é o mais representado seguido do bovino e aves.
No mercado nacional a procura é crescente e maior que a oferta, sendo sobretudo mais acentuada nas frutas e legumes. Estes produtos podem ser encontrados na rede crescente de mercados de rua implementados pela AGROBIO, em lojas específicas e grandes superfícies. Em 2011, o valor de venda de produtos biológicos em Portugal pode ter atingido os 20 milhões de euros. Os portugueses estão cada vez mais convencidos dos benefícios destes produtos na saúde e no ambiente.
A instabilidade potencial dos mercados face ao aumento do preço do petróleo, à procura de alimentos, ao crescimento da população mundial e ao crescimento económico dos países emergentes, conduzem à necessidade premente da constituição de reservas alimentares, promovendo a produção nacional e a exportação.
A exploração agrícola em modo de produção biológica pode ser localmente, pela sua natureza, uma plataforma geradora de intensas e diversas actividades produtivas, que podem ir desde a produção de legumes e frutas para o mercado local e regional, à produção florestal de frutos secos e de madeiras autóctones de elevada qualidade para exportação, até à fixação de carbono.
Portugal tem condições óptimas e únicas para o desenvolvimento da Agricultura Biológica: produtos transformados; horto-fruticultura; plantas aromáticas e medicinais; vinho biológico, azeite; frutos secos (ex: pinhão); carne no sistema agro-silvo-pastoril (montado e azinhal).
Nos próximos anos próximos vamos assistir a mais sensibilização para promover a produção nacional e a exportação, melhor organização da produção e comercialização, contribuindo para a diminuição do défice alimentar externo.

2. A nova Politica Agrícola Comum (PAC) para 2014-2020

2.1. Situação de referência

A agricultura é produção de alimentos considerados indispensáveis para a sobrevivência da espécie humana. Pode contribuir para a preservação da biodiversidade e recursos escassos como: água, solo e paisagem.
É fonte de desenvolvimento rural, coesão social e criação de emprego. É ainda, um importante fator de ordenamento e equilíbrio territorial.
Portugal está fortemente dependente da importação de alimentos, sobretudo cereais. A que acresce uma elevada importação de factores de produção (pesticidas e adubos).
O modelo convencional de produção agrícola em monocultura com recurso a pesticidas e adubos químicos de síntese e, nomeadamente na agricultura química industrial, é fortemente dependente de combustíveis fósseis e de água. O preço crescente dos combustíveis fósseis, a escassez do recurso água, a poluição gerada e a contaminação dos alimentos produzidos com resíduos tóxicos, tornam este modelo insustentável, do ponto de vista ambiental, social e económico.
50% dos agricultores em Portugal tem mais de 65 anos. Nos próximos 10 anos haverá um claro decréscimo de agricultores em actividade, com forte impacto na produção nacional.
Em geral, o rendimento do agricultor é baixo e insuficiente, conduzindo a actividade para a dependência de apoios financeiros, nem sempre justos, nem promotores de uma actividade sustentável.
A realidade é que, no âmbito da actual Politica Agrícola Europeia, as maiores explorações agrícolas recebem a maioria dos apoios. No entanto, em Portugal a maioria das explorações agrícolas são pequenas e médias.
A comercialização dos produtos agrícolas é, em grande medida, controlada pela distribuição que impõe preços muito baixos ao agricultor, levando a sua actividade à asfixia financeira. Existem estudos europeus sobre os mercados e preços agrícolas que referem que as margens de lucro dos agricultores (leite, carne) são inferiores a 1% ou até negativas. Ao invés, as margens de lucro da distribuição são de 22% e das empresas de factores de produção são de 11%.
A actividade agrícola em Portugal está pouco valorizada e é até ignorada. Falta informação e sensibilização sobre a importância da actividade na sociedade portuguesa. Produzir alimentos que são indispensáveis à nossa sobrevivência, tem de ser relevado e reconhecido.
O ensino, a formação profissional e a investigação agrária em Portugal, estão pouco vocacionados para promover o desenvolvimento sustentável da agricultura.

Jaime Ferreira

Jaime Ferreira

Jaime Ferreira

2.2. A reforma da PAC

Em 2014 teremos uma nova política agrícola europeia que condicionará directamente a actividade agrícola e indirectamente outras actividades em Portugal.
A nova PAC abrangerá o período de 2014 a 2020. É aprovada em co-decisão pelo Conselho Europeu e Parlamento Europeu. 40% do orçamento da Comunidade Europeia é para a Agricultura. A nova PAC está, essencialmente, estruturada em dois pilares:
o primeiro, os pagamentos directos aos agricultores e, o segundo, o desenvolvimento rural. Do montante global de apoio financeiros, os pagamentos directos absorvem 75% dos recursos, e os restantes 25%, o desenvolvimento rural.
Actualmente a discussão sobre a reforma da PAC está na comissão de agricultura do Parlamento Europeu, depois da proposta apresentada em Outubro pela Comissão Europeia.
Novidades da proposta de reforma da PAC são: a introdução do conceito "Greening"; reconhecimento da Agricultura Biológica; apoio aos pequenos agricultores; apoio ao aconselhamento técnico; promoção de novas de formas de relação e cooperação com os mercados; incentivos à instalação de novos agricultores.
Existe já uma proposta do Governo Português, que é muito semelhante à proposta da Comissão Europeia, apontando contudo para a necessidade de maior flexibilidade na utilização das verbas aprovadas para cada Estado Membro e na introdução de algumas culturas intensivas dentro dos apoios no âmbito do "Greening".
Na Europa, existe uma consciência crescente, sobretudo, dos consumidores e contribuintes que a reforma da política agrícola comum é um assunto que lhes diz respeito e que estão interessados em participar e fazer valer os seus direitos. Os consumidores e contribuintes pretendem cada vez mais promover uma agricultura sustentável que produza alimentos saudáveis em respeito pelo meio ambiente e bem estar animal.
Como resposta a esta preocupação a Comissão Europeia introduziu na nova PAC o conceito de "Greening". A ideia, é apoiar financeiramente, práticas e actividades que "respeitem e promovam o ambiente", como é o caso da Agricultura Biológica.
Outra questão é o conceito de flexibilidade que atribui a cada Estado Membro a possibilidade, dentro de certos limites, de gerir os montantes aprovados e poder levar à transferência de verbas do Desenvolvimento Rural para os pagamentos directos.
A proposta encontra-se numa fase que permite a acção de diversas organizações junto do governo e parlamento português, do parlamento europeu de forma a possibilitar uma maior harmonização entre os interesses dos agricultores e dos consumidores contribuindo para uma agricultura mais sustentável.
Em suma, a nova PAC deve apoiar: uma agricultura sustentável, de que é exemplo a Agricultura Biológica; novos agricultores; o agricultor activo; reconhecer o papel crucial do agricultor; uma distribuição mais equilibrada dos apoios financeiros, em que os pequenos e médios agricultores sejam compensados pelo seu papel na coesão social, criação de emprego e equilíbrio territorial.

AGROBIO – Associação Portuguesa de Agricultura Biológica
Calçada da Tapada, 39, R/c. Dto. 1300-545 Lisboa, Portugal
direccao@agrobio.pt

planetazul
o portal de ambiente e sustentabilidade

Seca faz aumentar importação de electricidade 250 por cento

A importação comercial de electricidade aumentou em Portugal mais de 250 por cento no primeiro trimestre do ano, devido à seca, noticiou, ontem, o Jornal de Notícias. A produção de electricidade de origem hídrica caiu, no primeiro trimestre, 75,4 por cento, enquanto a produção a partir de centrais térmicas aumentou 32,5 por cento. De acordo com o relatório das Redes Energéticas Nacionais (REN), a exportação caiu 91,6 por cento.
O aumento de 250,1 por cento representa, na prática, que enquanto nos três primeiros meses de 2012 Portugal importou 691 megawatts (MW) de electricidade, em igual período deste ano esse valor chegou aos 2420 MW. As exportações saltaram dos 785 MW para os 66 MW.

A água vai ficar mais cara

A ministra da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, Assunção Cristas, admitiu que a água vai aumentar de preço, para que o sector seja sustentável. Assunção Cristas, em entrevista ao Diário Económico, garantiu que não é a privatização que vai tornar a água mais cara.
"Precisamos de equilíbrio para garantir a sustentabilidade do sistema e isto aconteceria sempre, independentemente da abertura ou não a privados", revelou a ministra. Não se sabe, contudo, qual será o impacte para o consumidor.

RIQUE TOO

Vejo a evolução do mercado global planetário, mais ou menos como uma corrida de bicicletas, que: começou por campeonatos nacionais, "Era Joaquim Agostinho", fronteiras fechadas; Posteriormente, e depois de algumas equipes terem desenvolvido fórmulas rebuscadas de doping, evoluiu para provas globais, situação actual, mercado global com regulamentação regional. E que, não pode vir a terminar se não em uma de duas situações: ou se arrasta a situação de desigualdade de condições e se insiste na destruição dos atletas acabando mais tarde ou mais cedo com a modalidade; ou se caminha para a regulamentação única, abandonando gradualmente os artificialismos, caminhando para a verdadeira competição, onde a diferença passa a ser feita apenas pela capacidade física e intelectual do atleta. A primeira hipótese, sendo a mais eminente, não é obviamente aceitável, pelo que, resta-nos acreditar e trabalhar para que o mercado global passe a ter uma regulamentação e uma ordem também global. O mais depressa possível.

O problema é que não sabemos quanto tempo ainda vão durar as falsas vitórias, mas sabemos que se pactuarmos com elas, vamos contribuir para o fim. O nosso Joaquim Agostinho, assim como a nossa agricultura diversificada e multifuncional (agora taxada de não competitiva e carente de paliativos) foi campeão na primeira era e será na última, mas não ganha nas voltas actuais. Os modelos eficientes e equilibrados nunca ganham quando as regras estão viciadas. À semelhança do modelo agrícola dominante no nosso país, o problema não está no atleta mas sim na envolvente. Se o modelo económico remunerasse correctamente a eficiente utilização dos recursos naturais, a criação de emprego, o funcionamento dos ecossistemas, a racional utilização da energia, a alimentação equilibrada e saudável, um ordenamento correcto do território, entre outras, a nossa realidade agrícola/florestal seria não só viável, como também digna, dignificante e muito mais competitiva que a versão actual. A agricultura que aparece agora como viável e "competitiva" é absolutamente vulnerável e efémera, atendendo à sua artificialidade. Que futuro poderá ter o modelo de produção especializado e intensivo atendendo à sua ineficiência na utilização dos recursos naturais, à sua incompatibilidade com a preservação da biodiversidade, ao seu contributo para a mudança do clima, à sua dependência energética, à sua correlação negativa com a saúde publica...?

O mundo tem que mudar muito, preferencialmentente, num futuro breve, arrumando-se numa urgente ordem mundial a uma só voz. É o que vai pragmaticamente acontecer, pelo que nos resta contribuir para a solução ou ser arrastados por ela. Não consigo encontrar outro caminho diferente da regulamentação única e firme do mercado mundial operado por privados. Esta posição determina forçosamente uma visão da próxima PAC (Política Agrícola Comum) como uma oportunidade de aproximação a este novo paradigma, vestida de transição. Capaz essencialmente de orientar o sector e ao mesmo tempo de o defender na dura travessia que este processo determina.

O enquadramento, no meu entender, já o é e vai ser cada vez mais dramático, não só para os agricultores portugueses como para todos (ou quase todos) os habitantes deste planeta. Mais e mais pessoas. Aumento da desigualdade social, fome crescente, mercados em tempestade, escassez e disputa de recursos. Acumulação de resíduos. Aumento da temperatura, mais e mais desastres naturais. Soluções desesperadas e oportunistas..... Para quem ouve minimamente a comunidade científica, não é possível outra visão da realidade.

Neste contexto, considero que devemos tentar construir uma PAC e uma PAN (nacional, terá sempre que existir uma aproximação local, mesmo nos dia da futura PAG, global). Assente nos seguintes alicerces:

_A actividade agrícola desenvolvida correctamente deve ser digna. Ou seja, tem que ser viável economicamente permitindo a realização plena dos seus actores. A terra a quem a respeita tem que deixar de ser um sonho.
Neste sentido o primeiro pilar deve constituir fundamentalmente um amortecedor económico que atenue o efeito perverso da regulamentação regional num mercado global, substituindo em parte o papel das fronteiras. Este deve também melhorar em equidade: não só dentro da união mas também dentro do nosso país, assim como deve servir unicamente os agricultores activos.
O segundo pilar deve constituir o verdadeiro instrumento de transição e orientação. Devem nortear as políticas deste pilar, o desenvolvimento tecnológico (enquadrado pelo princípio da precaução), aplicado principalmente na utilização sustentável dos recursos, na coabitação com os ecossistemas, e na construção de modelos verdadeiramente eficientes principalmente em termos ambientais, energéticos e sociais. A consagração de um dos princípios mais básicos dos direitos humanos, o direito a uma alimentação equilibrada, tem de ser prioritário. Seguido da necessidade de geocentrar a nossa economia. Estas duas questões estão absolutamente interligadas. A ideia de que os agricultores actuais são ainda, por inerência, os defensores dos seus recursos (como os ecossistemas, o solo, a água,) cai perante a evidência da escalada de destruição destes recursos pelo próprio sector, quando não encontra vias económicas alternativas.

_As instituições e as políticas existem para servir a sociedade. É imperioso repensá-las, numa verdadeira abordagem de futuro, independente dos interesses e dogmas instalados, reestruturando o ministério da agricultura, e não só no âmbito da aplicação das medidas (simplificação, transparência, rigor, compromisso) como também nas vertentes de concepção das mesmas, de promoção da investigação, de extensão rural, de garantia, de controlo e de informação.

Idalina Perestrelo

A NOVA PAC COMO POLÍTICA DE TRANSIÇÃO

MICROSCÓPIO

Alfredo Cunhal Sendim

Idalina Perestrelo

Idalina Perestrelo

Idalina Perestrelo

TEMA EM DESTAQUE

REFLEXÕES SOBRE FUTURO DA PAC PÓS-2013

Alfredo Cunhal Sendim

Introdução

Qualquer agricultor, ao produzir alimentos ou outras matérias-primas a partir da natureza, impacta num vasto conjunto de realidades de carácter económico, social, ambiental, ecológico, energético, cultural, com repercussões, por exemplo, no emprego, biodiversidade, solo, água, emissão de gases com efeito de estufa, fixação de carbono, clima, eficiência energética, tipo de energia, fogos, paisagem, tradição... Este impacto pode ser muito diferente de caso para caso, de agricultor para agricultor (positivo, negativo, neutro, cumulativo, etc.). A estes efeitos colaterais chamamos "Bens Públicos". Equivalendo a agricultura ao conjunto das atividades agrícolas, pecuárias e silvícolas, e na óptica das prestações referentes aos "Bens Públicos", os vários modelos de produção arrumam-se entre dois pólos extremos. No lado das melhores prestações globais, encontra-se a agricultura biológica, estando a agricultura super-intensiva convencional no extremo das prestações negativas globais. Entre estes dois pólos, existe um grupo de modelos sustentáveis, que de uma forma geral aportam prestações positivas aos "Bens Públicos", pois produzem menos, mas melhor. Entre eles, os modelos de produção integrada, a exploração de montados com pecuária extensiva, a sementeira directa, as pastagens permanentes e um vasto conjunto de modelos agro-ecológicos. Como ainda, um grupo de modelos não sustentáveis, responsáveis por um conjunto de custos reais para a sociedade que não são contabilizados no custo dos produtos que geram, ou seja, que têm prestações negativas nos "Bens Públicos", como a agricultura dependente de agroquimícos derivados do petróleo, a monocultura, a utilização de OGMs, ou seja, a agricultura intensiva em geral, dominante no sector actual.

É também um facto que estas questões fazem parte de uma complexa teia de problemas e ameaças que alcança hoje, segundo a comunidade científica, uma dimensão com a qual a humanidade nunca se deparou. Apesar dos francos progressos verificados em algumas áreas do planeta em termos de melhoria de condições básicas de vida, a realidade mostra-nos de uma forma clara que não é possível perdurar com o modelo actual. Apenas como exemplos, a existência de um bilião de pessoas com fome, a dimensão e origem da crise económica global, o facto do índice que mede a riqueza biológica da Terra ter decrescido 30% nos últimos 35 anos comprometendo seriamente o funcionamento dos ecossistemas, a crescente irregularidade climatérica provocada pela alteração antropológica do clima, a delapidação cega de recursos como o solo, a água, a biodiversidade, o petróleo...

Por outro lado, é evidente o elevado grau de insegurança alimentar observado a nível comunitário e global. Esta caracteriza-se pela ausência de segurança alimentar e manifesta-se actualmente através de duas vias principais: a escassez e o baixo valor nutritivo dos alimentos, acompanhados pelos efeitos negativos provocados na saúde pela alimentação. Fome e comida barata sem qualidade são os dois pólos da insegurança alimentar vigente. Este défice no acesso a recursos alimentares imprescindíveis resulta do modelo dominante (não sustentável) de produção-distribuição-consumo, caracterizado pela competitividade e pelo benefício imediato, num mercado global, regulamentado por mais de cem formas diferentes e onde nem todas as regiões têm, à partida, a mesma capacidade de produção. É importante não esquecer que o clima mediterrâneo é o único clima no mundo que tem um verão seco, o que não lhe permite produzir tanto como a maioria dos outros.

É igualmente importante ter consciência que o desempenho das atividades agrícolas assume um papel fulcral na resolução de todos estes problemas, pois é no campo e nos oceanos onde se joga grande parte do futuro da humanidade, sendo ainda numa nova relação com o território, com o mundo rural, enquanto ocupação e utilização do mesmo, que se pode encontrar uma solução holística para o tremendo desafio com que nos deparamos.

Neste quadro, a Comissão Europeia propõe uma PAC pós-2013, mais forte, caraterizada por maior legitimidade, equidade e eficácia. Que reconheça, principalmente, a especificidade de cada território, e promova o seu equilíbrio, a segurança alimentar, a equidade entre agricultores, a viabilidade económica de um espectro diverso de explorações incluindo as pequenas unidades, bem como a sustentabilidade ambiental e as redução dos efeitos nas alterações climáticas. Para tal, os apoios devem gradualmente deixar de suportar economicamente os modelos não sustentáveis, e passar a remunerar correctamente os bens públicos produzidos pelos modelos sustentáveis. O desafio é político e não apenas técnico. O impacto é considerável mas inevitável, sendo os ganhos a médio longo prazo, incomparáveis, assim exista orçamento e vontade política. São momentos de mudança e não de sucessão, em que, como dizia E. F. Schumacher, devemos fazer o que há que fazer e não o que se pode fazer.

O Primeiro pilar

O primeiro pilar deve deixar de uma vez por todas de manter os modelos agrícolas que fazem parte do problema, para passar a apoiar, apenas, os modelos que participam da solução, ou seja os modelos agro-ecológicos pautados pelo princípio da precaução, pela eco-eficiência, pela utilização funcional dos ecossistemas, através da multiatividade, pela mulitifuncionalidade, pela criação de emprego, pela saúde pública, pelos circuitos curtos, justos e transparentes, e pela manutenção da diversidade cultural e territorial. As diferentes facetas previstas para este pilar - equidade, pagamentos complementares ambientais (greening), capping, pagamentos ligados à produção, pequena agricultura - devem perseguir fundamentalmente o princípio atrás enunciado, obrigando a ser abandonados, gradualmente mas consistentemente, os apoios aos modelos agrícolas que não gerem, na globalidade, bens públicos, sociais, territoriais e ambientais.

É fundamental aplicar correctamente o greening, por forma a contribuir efectivamente para a georeferenciação da economia. O facto dos bens públicos ambientais não serem na actualidade remunerados pelo mercado, torna esta questão essencial, visto que os apoios passam a ser a remuneração quase exclusiva. Quando incorrectamente atribuídos, o efeito pode ser muito distorcido, penalizando duplamente os modelos agrícolas que verdadeiramente aportam: o apoio é menor e tornam-se menos competitivos no mercado. Esta questão é crítica, atendendo à sua importância face à dificuldade de operacionalização, contraposta pela necessidade de simplificação dos mecanismos de atribuição e controlo dos apoios.

Idalina Perestrelo

O Segundo Pilar

O segundo pilar assume neste contexto uma importância extrema, enquanto política de incentivo e orientação na conversão dos modelos agrícolas. Não deve por isso ser reduzido em favor do primeiro. A flexibilidade que cada estado membro irá deter, na construção destes apoios, é ao mesmo tempo uma oportunidade e uma ameaça. Urge aprender com os erros das políticas de desenvolvimento rural estabelecidas nos últimos quadros comunitários, com especial destaque para o último. Os apoios direccionados para os modelos sustentáveis - como a agricultura biológica, a proteção integrada, a pecuária extensiva, a agricultura de conservação - devem ser efectivos, o que requer, entre outras condições, o real envolvimento e capacitação das instituições governamentais. A criação de mercado, essencialmente através da informação dos cidadãos, a garantia da credibilidade dos sistemas de certificação, e a regulamentação do sector ao longo da cadeia produção consumo, correspondem a questões que apenas estas podem gerir, e que são fundamentais para que os apoios cumpram os objectivos pretendidos. O incentivo à inovação é especialmente importante neste contexto.

Os modelos sustentáveis de agricultura estão na base do desenvolvimento rural e da ocupação do território. Na verdade, só em função de um modelo perdurável de relacionamento com cada ecossistema concreto, é possível dimensionar eficientemente a comunidade humana que o deve habitar. A viabilidade económica destes modelos requer o justo pagamento dos bens e serviços que aportam à sociedade. O mercado liberalizado é indiferente a tudo o que não é pragmaticamente mensurável, o que os torna inviáveis quando valorizados apenas pelo mercado. É esta a causa principal do desaparecimento quase total dos modelos de agricultura sustentável que permitiram o desenvolvimento do nosso país, até há cem anos a esta parte. Estes promovem a fixação da população no espaço rural, e a partir daí geram as mais diversas dinâmicas, multifuncionais. Devem por isso, não ser descorados os apoios a actividades complementares e paralelas à produção agrícola, como a transformação, comercialização, serviços turísticos, serviços ambientais, energia... De facto, as medidas de desenvolvimento rural do segundo pilar da PAC dever ser devidamente articuladas com as demais políticas de ordenamento do território, como educação, saúde, transportes, fiscalidade...

A investigação agrária não pode ser abandonada ao mercado, pois o seu adequado contributo é fundamental para o desenvolvimento harmonioso da humanidade. Assim sendo, o contributo da PAC, assim como de outras políticas previstas no quadro financeiro plurianual, não podem ser descoradas. Questões como a evolução na quantificação gestão das prestações de "Bens Públicos" de cada modelo, a viabilização das economias rurais num contexto regional e global, a evolução da segurança alimentar associada, o papel que a intensificação eco-funcional dos modelos agrícolas pode ter na cadeia alimentar, os sistemas agrícolas independentes de energia, a resiliência dos agro-ecossistemas face às alterações climáticas, são exemplos concretos de temas de investigação que deveriam estar suportadas num plano sectorial, o qual inclua - para além da perspectiva multidisciplinar - a tecnologia, as políticas e as instituições. De lembrar finalmente, quanto ao apoio técnico e à extensão rural são elementos primordiais na conversão dos modelos de produção.

Revejo-me nas reflexões de Elisabeth Figueiredo, Orlando Rodrigues e Teresa Pinto Correia, de 3 de 18 Novembro 2011, bem como de Mário de Carvalho de 25 Novembro de 2011, no âmbito do GP-PAC pós-2013.

Idalina Perestrelo

Conferências Internacionais
Antes e Depois da **RIO+20**

ideia clara. Design

O QUE NOS UNE A TODOS

Sistemas Climático e Oceânico

Um Património Natural Intangível para a Humanidade

EcoSaldo

CONFERÊNCIA INTERNACIONAL ECOSALDO
A CONTABILIDADE DA ECONOMIA VERDE

17 e 18 de maio no Parque Biológico de Gaia

Website: www.condominiodaterra.org **Tlm:** 939 992 185 **E-mail:** inscrever@condominiodaterra.org

17 MAIO

1º. PLENÁRIO
Um Património Natural Intangível para a Humanidade
Poderão os sistemas naturais globais constituir um património intangível comum?

Oradores:
José Sobrinho – *Universidad de A Coruna / Espanha*
Ana Barreira – *Instituto Internacional de Derecho y Medio Ambiente / Espanha*
Alexandra Aragão – *Universidade de Coimbra / Portugal*
Alexander Girvan – *ProEcoServ / Trinidad e Tobago*

Moderação por Alexandra Carvalho, do Gabinete de Relações Internacionais do MAMAOT (Ministério da Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento de Território) / Portugal

2º. PLENÁRIO
Uma Métrica para a Natureza
É possível medir os contributos positivos e negativos para os sistemas naturais globais?

Oradores:
Nuno Oliveira – *Cigest, ISG / Portugal*
Farooq Ullah – *Stakeholder Forum for a Sustainable Future / Inglaterra*
Luis Games – *Public Utilities Company of Heredia / Costa Rica*
(Orador ainda por definir)

Moderação por João Bezerra da Silva, do Ministério dos Negócios Estrangeiros / Portugal

18 MAIO

3º. PLENÁRIO
Um Valor para a Natureza
Poderemos sinalizar com um preço os encargos e benefícios realizados nos sistemas naturais globais?

Oradores:
Sander Jacobs – *University of Antwerp / Bélgica*
Ronaldo Seroa da Motta – *Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPCC / Brasil*
Julio Tresierra – *WWF Netherlands / Holanda*
Iva Miranda Pires – *Universidade Nova de Lisboa / Portugal*

Moderação por Luísa Schmidt, do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa / Portugal

4º. PLENÁRIO
O EcoSaldo e o Acerto de Saldos
Um mercado ou uma plataforma para o acerto de saldos?

Oradores:
Jean Paul Brice Affana – *Glocha / Camarões*
Francisco Filho – *(IPC-IG) UNDP / Brasil*
Paulo Magalhães – *Quercus, Condomínio da Terra / Portugal*
Carles Barriocanal – *University of Girona / Espanha*

Moderação por Lisinka Ulatowska, da Global Commons Trust / Holanda

Quercus

Condomínio da Terra

RIO+20 Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável

FCSH Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

Município de V.N.Gaia

Parque Biológico GAIA

GAIA NIMA

porto norte

MEDIA PARTNER: Jornal de Notícias

CO-FINANCIAMENTO: ON.2 O Novo Norte

QREN

União Europeia

NÚCLEO DO LITORAL ALENTEJANO

Centro de Recuperação de Animais Selvagens de Santo André

Reutilização total da Casa de Cortiça
Está concluída uma das obras que se propôs efetuar esta Direção de Núcleo, quando da sua tomada de posse em 2011. A Eco casa (Casa de Cortiça) que foi exposta durante anos em várias feiras de ambiente encontrava-se desde a sua "aposentação", no espaço do Núcleo Regional do Litoral Alentejano. Depois de recuperada e restaurada, encontra-se desde o final de Março, apta a receber visitantes. Este espaço agora recuperado funcionará como Centro de Interpretação e de Exposições. Futuramente funcionará também como centro de monotorização dos animais em recuperação, com a transmissão de imagens em directo para que se possa seguir o que se passa em cada uma das câmaras sem que haja perturbação dos animais. Estas instalações estão aptas a receber exposições ou outros meios de divulgação dos trabalhos na área da Conservação da Natureza. Ficará também, sem custos financeiros, à disposição dos Sócios da Quercus, que pretendam fazer alguma apresentação de trabalhos na temática ambiental, sendo necessário para isso a solicitação por escrito ao Coordenador, mencionando o tipo de trabalho a apresentar e o número de horas/dias de utilização. As chaves serão entregues de acordo com o tempo necessário à preparação e duração do evento.

Dário Cardador

NÚCLEO DO RIBATEJO E ESTREMADURA

Núcleo Regional do Ribatejo e Estremadura da Quercus

Dia Mundial da Floresta
No dia 21 de Março, cerca de 150 alunos participaram nas actividades de comemoração do dia Mundial da Floresta, dinamizas pelo Núcleo Regional do Ribatejo e Estremadura, no espaço do Centro de Educação Ambiental de Ourém. Crianças e jovens de diferentes níveis de ensino, em representação das várias escolas da Cidade de Ourém assistiram à mini-peça de teatro "O Gaio semeador de bolotas", da autoria da Quercus, representada por alunos da Escola Secundária de Ourém, e desenvolveram várias actividades sobre a Floresta. Ainda nesta semana subordinada à temática da Floresta, o Núcleo do Ribatejo e Estremadura da Quercus deslocou-se a várias escolas da sua área de intervenção onde, dinamizou actividades de sensibilização sobre a floresta e a complexidade de relações bióticas que dela dependem, tendo abrangido cerca de 400 alunos do 2º e 3º Ciclos..

NÚCLEO DE AVEIRO

Núcleo Regional de Aveiro

SÓ UMA VEZ EM CADA ANO – VISITA AO CABEÇO SANTO
O Núcleo de Aveiro da Quercus organiza e promove as Jornadas Voluntárias de Primavera do Projecto Cabeço Santo, na freguesia de Belazaima do Chão – concelho de Águeda. Desta vez são apenas 3 dias de trabalho distribuídos pela Primavera, uma jornada em cada mês. Estes dias em que se possibilita a participação de voluntários são já bem conhecidos, tal tem sido a sua divulgação aqui neste jornal, e também pela participação de alguns sócios. No entanto, a 26 de Maio realiza-se uma jornada de visita, e esta é uma oportunidade única, na qual se vai percorrer pela primeira vez o percurso circular de visita ao Cabeço Santo, cuja demarcação decorre já desde 2010. Será um percurso com cerca de 2,5 km de trilhos e caminhos ao longo do ribeiro, cerca de 1 km de subida ao Cabeço, mais 2,5 km ao longo das cotas mais elevadas do mesmo e um pouco menos de 1 km para descer de novo, com início e fim na Capela do Feridouro. Depois do êxito com o Percurso Pedestre no Baixo Vouga Lagunar, e de um dia de visita à Mata da Margaraça, organizado em conjunto com o Núcleo de Coimbra da nossa Associação, este percurso Pedestre no Cabeço Santo é um evento que não se pode perder, pois é uma atividade aberta a todos, de baixo grau de dificuldade, e onde se poderão observar os benefícios dos trabalhos que se têm desenvolvido nesta área da Serra do Caramulo. Um exemplo do que a persistência de alguns voluntários pode fazer para o benefício de tanta gente, mas principalmente para o benefício de espécies da nossa flora e fauna, que de outra maneira estariam destinadas a desaparecer. Para além da visita guiada pelo responsável do projeto Cabeço Santo, neste sábado do final de maio vamos poder aproveitar um momento descontraído, um bom momento para conviver num espaço que tem vindo a ganhar dimensão, e que merece uma maior divulgação. A organização é do Núcleo de Aveiro, mas associados pertencentes a outros Núcleos estão também convidados, pois para quem é do Núcleo de Coimbra ou do Porto, é muito fácil chegar a Águeda, ou chegar a Aveiro utilizando o comboio, e depois arranjam-se boleias. Mais informações pelos contactos 966 551 372, cabsanto@gmail.com e também com informação actualizada em http://ecosanto.wordpress.com e na página "Cabeço Santo" no Facebook..

Alguns dos participantes na atividade realizada há um ano atrás

Maria José Henriques

NÚCLEO DO PORTO

Núcleo Regional do Porto da Quercus

Formação em Agricultura Biológica
No passado dia 3 de Março, o núcleo Regional do Porto da Quercus organizou uma ação de formação em Agricultura Biológica. Esta atividade foi composta por duas partes: teórica e prática. Na parte teórica foram abordados inúmeros tópicos, desde a introdução histórica e os princípios básicos da agricultura biológica, até aos princípios básicos de conservação do solo, as mobilizações mais adequadas, as siderações, entre outros Ao passar da "teoria à ação", procedeu-se então à aplicação de conhecimentos adquiridos e desenvolveram-se algumas atividades na Horta, como a preparação do solo e a plantação de batata, couve e alface.
No final da ação, todos os participantes aprenderam que a agricultura biológica é simples, divertida, dinâmica e o ambiente agradece.

Núcleo Regional do Porto

"NÓS E AS ESCOLAS"

Árvore dos Desejos
A "Árvore dos Desejos" é um projeto do Núcleo Regional do Porto da Quercus que tem como principal objetivo desenvolver a consciencialização das futuras gerações para um ambiente sustentável, mais especificamente do papel das árvores no nosso mundo, suas necessidades e funções. Apela à criatividade, às artes plásticas e à consciencialização ambiental e engloba a comunidade escolar do ensino básico ao ensino secundário do distrito do grande Porto. Este ano foi realizada no dia 24 de Março no Pavilhão Rosa Mota e contou com a participação de mais de 500 pessoas.
http://arvoredosdesejos.pt.vu

Palestra sobre a Sustentabilidade
No passado dia 28 de Fevereiro de 2012, na Escola Secundária de Gondomar, houve uma palestra sobre a sustentabilidade para duas turmas, uma do Curso Profissional de Animador Sociocultural e outra do Curso Profissional de Técnico de Frio e Climatização onde se falou sobre o desenvolvimento sustentável e de como a forma que vivemos através do consumo desnecessário, impulsivo e quase compulsivo que se dedica em ter o que está na moda ou o que o vizinho tem, que nos está a levar enquanto sociedade a uma situação de insustentabilidade. Já no final foram relembradas as boas práticas que ajudam a preservação do nosso planeta e distribuídos panfletos sobre a Quercus.

Feira Ecológica – Escola Secundária Carolina Michaelis
A Quercus marcou a sua presença no passado dia 22 e 23 de Março na Feira Ecológica promovida pela Escola Secundária Carolina Michaelis. Esta feira teve como objetivo primordial a sensibilização dos alunos para a adoção de uma atitude mais ambientalmente responsável promovendo assim uma mudança de atitude neste meio. Estiveram presentes várias bancas expondo alimentos 100%biológicos, artigos realizados artesanalmente entre muitas outras. A Quercus esteve presente nesta feira demonstrando assim um pouco do seu trabalho e expondo produtos biológicos e artesanais para que todos pudessem adquirir.

Núcleo Regional do Porto

BIO GEO GRAFIA

NÚCLEO DA GUARDA

Núcleo Regional da Guarda da Quercus

Caminhada até ao castanheiro de Guilhafonso e Limpar Portugal, 24 de março
No passado dia 24 de março realizou-se uma caminhada entre a Rasa e o gigante castanheiro de Guilhafonso. Trata-se de um castanheiro com mais de 500 anos que atualmente se encontra bastante debilitado. A caminhada correu bastante bem, houve um total de 24 participantes. No mesmo dia e no mesmo percurso assinalamos a iniciativa Limpar Portugal no qual se apanhou 900 litros de lixo, o equivalente a 30 sacos de lixo de 30 litros cada. No final da atividade recebemos a visita do Vereador Gonçalo Amaral, responsável pelas zonas verdes do Município da Guarda que explicou aos participantes da caminhada a posição tomada pela Câmara Municipal da Guarda face ao frágil estado do castanheiro. Continuou dizendo que foram estabelecidos contactos com a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro com especialistas em questões de arboricultura na tentativa de revitalizar o castanheiro. Aguardam-se resultados.

Aniversário da Associação Guarda Para Sempre, 24 de março
Ainda no dia 24 de março realizou-se na sede da Federação das Associações Juvenis do distrito da Guarda uma sessão sobre associativismo intitulada "Guarda: A força do associativismo juvenil". A sessão assinalou o 2.º aniversário da Associação juvenil GPS (Guarda Para Sempre) e permitiu aos vários dirigentes de várias estruturas partilharem testemunhos de vida associados ao associativismo juvenil enquanto oportunidades de crescimento pessoal e social.

Percurso fotográfico Naumen ao Douro Vinhateiro, dia 28 de abril
O Turismo de Natureza consiste num produto turístico composto por estabelecimentos, atividades de animação ambiental e serviços de alojamento. O termo "turismo de natureza" surge como denominação da especialização de uma atividade turística que visava a promoção e afirmação dos valores e potencialidades encerradas nos espaços pertencentes à Rede Nacional de Áreas Protegidas. De acordo com o ponto 2 da Resolução de Conselho de Ministros nº112/98 "O turismo de natureza pressupõe a prática integrada de atividades diversificadas, que vão desde o usufruto da natureza através de um passeio à prática de caminhadas, escalada, espeleologia, orientação, passeios de bicicleta ou a cavalo, atividades aquáticas e subaquáticas, entre outras, ao contacto com o ambiente rural e culturas locais, através da sua gastronomia e manifestações etnográficas, rotas temáticas, nomeadamente históricas, arqueológicas e ou gastronómicas, e a estada em casas tradicionais" (in: RCM nº112/98 de 25 de Agosto, D.R. I Série-B Nº195). Neste contexto A Quercus - Núcleo Regional da Guarda levou a cabo o percurso pedestre "De Naumen ao Douro Vinhateiro" na aldeia de Numão, a importância de valores naturais, paisagísticos e culturais únicos inerentes, integrado parcialmente no Alto Douro Vinhateiro - Património Mundial da UNESCO. A esta iniciativa associamos a formação de fotografia ao longo do percurso, esta iniciativa esteve a cargo do jornalista e fotógrafo Rui Ferreira, da Global Images. Fonte: Helena Gonçalves, voluntária do Núcleo

Workshop de cozinhas solares, 5 de maio
No âmbito dos dias europeus do Sol, comemorados entre 1 e 13 de maio, realizar-se-á no próximo dia 5 de maio mais um workshop de cozinhas solares. O evento realizar-se-á no jardim José de Lemos da cidade da Guarda e permitirá aos participantes construírem e levarem para casa um forno solar. Tal como em edições anteriores associações/organizações/empresas são convidadas a participar e a envolver-se. O referido workshop contará com a colaboração do professor Jorge Gregório da Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico da Guarda, que ao longo dos últimos anos têm desenvolvido inúmeros fornos solares.

Curso de Birdwatching na Serra da Estrela, 12 e 13 de maio
A grande diversidade paisagística, da Serra da Estrela, e devido à existência de diferentes ecossistemas, nomeadamente zonas húmidas, florestas, montanha, praias fluviais, escarpas, zonas agrícolas, entre outras levou a Quercus – Núcleo regional da Guarda em parceria com a Birds & Nature, com o apoio da autarquia da Guarda, organiza um Workshop de Iniciação ao Birdwatching nos dias 12 e 13 de Maio. Neste contexto, a Quercus e a Birds & Nature, pretendem promover a reflexão sobre as potencialidades turísticas que os recursos ornitológicos representam, e que valorizam e promovem o património natural em benefício das comunidades, dos operadores económicos e da experiência proporcionada aos visitantes. Esta formação inclui temas como a iniciação ao Birdwatching, a identificação de grupos específicos de aves, a identificação de aves de determinadas áreas geográficas e assuntos como a fotografia ou a ilustração de aves. O workshop compreende uma parte prática e uma parte teórica; esta última, no entanto, incide essencialmente em aspetos como o trabalho de identificação com fotografias e o treino de audição de cantos e vocalizações. Este curso tem uma duração de dois dias (um dia no caso dos workshops), decorrendo habitualmente durante um fim de semana. A carga horária usual é de 12 horas. O Workshop de Identificação das Aves da Serra da Estrela, de um dia e meio (cerca de 3 horas de parte teórica e cerca de 9 horas de parte prática). Com o objetivo de obter um elevado nível de aprendizagem e de participação. O workshop é limitado a 25 participantes.
Fonte: Helena Gonçalves, voluntária do Núcleo

Hortas comunitárias
Encontram-se abertas inscrições para um projeto de hortas comunitárias a desenvolver na Guarda. Pretende-se que todos aqueles que se interessam por agricultura ou que procurem um espaço para a desenvolver se inscrevam através do e-mail guarda@quercus.pt. Futuramente serão dadas mais informações sobre este projeto.

Contactos
Fique atento ao blog do Núcleo em **http://quercusnrguarda.blogspot.com** para a confirmação das várias atividades e de outras. Acompanhe as novidades do núcleo no Facebook.
Neste momento o Núcleo não possui nenhum horário de atendimento fixo. Se pretender contactar o Núcleo ou agendar uma reunião pode fazê-lo através dos contactos em baixo.

Núcleo Regional da Guarda
Quercus – Associação Nacional de Conservação da Natureza
Apartado 156
Município Guarda
6301-954 Guarda

Tlm. 931 104 568 (rede da Vodafone)
Fax. 271 388 232
E-mail guarda@quercus.pt

MONUMENTAL CASTANHEIRO DE GUILHAFONSO

O meu nome científico dado por Miller é "*Castanea sativa*" e pertenço à família das Fagáceas. Cresci num campo cultivado de centeio pertencente à freguesia de Pêra do Moço, perto da povoação de Guilhafonso, e da estrada nacional N221 entre a Guarda e Pinhel, muito perto de outro monumento milenar, o conhecido dólmen desta freguesia. Sou uma árvore fabulosa, com raízes longas e profundas no coração da terra e ramos quase a fazerem cócegas nas nuvens.
Não sei bem quando nasci... Os cientistas em 1971 estimaram a minha idade em 517 anos, disseram que sou de muito de interesse público pois parece que em dimensão e idade sou único na Europa! Até me consideraram um monumento nacional! Sei que sou conhecido por todas as partes do mundo pois o meu porte majestoso suscita redobrado interesse. As minhas fotos navegam na internet e as pessoas de Guilhafonso têm tanta admiração por mim que para elas sou a árvore mais importante do seu património florestal. Eu também as tenho compensado ao longo de gerações e principalmente depois que fui comprado pela Câmara Municipal, com as minhas deliciosas castanhas da variedade rebordã, pois imaginem só que em 1987 dizem que produzi 500kg!
A primeira vez que registaram as minhas medidas foi em 1971 e apresentava as seguintes dimensões:
_Perímetro do tronco: à altura de 1,30 m do solo =9.60m;
_Circunferência na base: 7.60m;
_Altura total: 19m;
_Altura do tronco até às primeiras pernadas: 2.90m a 3.40m;
_Diâmetro médio da copa: 25.50m;
Há quem diga que éramos dois irmãos gémeos muito amigos que crescíamos juntos e que o vento fez com que nos abraçássemos e os nossos troncos engrossaram colados um ao outro...
Ao longo da minha vida que parecia muito calma vivi dois grandes sustos: O primeiro foi em 1971 pois o meu proprietário o então Álvaro de Carvalho, ex-deputado na Assembleia da República e antigo presidente da Câmara de Trancoso, vendeu-me a um madeireiro para me abater e transformar o meu tronco em móveis de madeira, pois o meu tronco, está bem intacto, ao contrário da maioria que com o tempo ficam ocos. Isto só não aconteceu porque foram publicados artigos em jornais da época "insurgindo-se contra aquele atentado ao património regional. Por despacho publicado no diário do Governo, II Série, nº 253, de 27 de Outubro de 1971, recebi o meu medalhão de "Monumento Natural de interesse público". O segundo susto foi quando nos finais da década de 90 fui atingido por um raio na pernada principal e julguei que ia ser todo queimado. Valeu-me a rapidez dos populares que vieram logo em meu auxílio. Como há um dito popular que diz "Que um castanheiro leva 300 anos a crescer, 300 a viver e 300 a morrer, ainda espero ultrapassar um milénio.
Há cerca de uma década a Câmara Municipal da Guarda comprou o terreno onde me encontro e o espaço à volta, com o objectivo de assegurar a minha preservação e de poder ser admirado por quem me vier visitar. Os jovens de Guilhafonso aos domingos vêm jogar futebol no espaço em frente e no verão aproveitam a fresquidão da minha copa para se refrescarem.
Ao longo da minha secular vida ajudo a sustentar várias cadeias alimentares. O meu tronco, serve de abrigo a alguns animais, o que me dá uma grande felicidade; nos meus ramos cantam os cucos e muitos outros pássaros; todas as aves têm a liberdade de fazer os ninhos na minha frondosa copa e aqui criarem os seus filhos. Em certos dias da Primavera fazem grandes concertos, os quais eu ouço maravilhado! Fico encantado quando vejo as crianças de mãos dadas à volta do meu tronco, pois são precisas muitas para me abraçarem! Sou sempre motivo de curiosidade em qualquer altura do ano, mas especialmente quando chega o Outono, em plena época das castanhas, que agora podem ser livremente apanhadas pelos visitantes.
Só queria fazer um pedido a quem me vier visitar: por favor não deixem qualquer lixo no meu habitat nem ninguém se lembre de fazer alguma fogueira perto de mim. É que eu tenho um pavor aos incêndios pois não queria ter de passar de novo por esse flagelo!

Trabalho realizado pelos alunos do 4º ano da EB de Bairro do Pinheiro após visita de estudo ao Castanheiro Gigante de Guilhafonso em 17-11-20011

Ricardo Nabais

NÚCLEO DE LISBOA

Núcleo Regional de Lisboa da Quercus

No dia 18 de Fevereiro de 2012 foi realizada a Assembleia do Núcleo Regional de Lisboa. O Plano de Actividades para 2012 aponta para várias linhas estratégicas principais que se consideram fundamentais para uma maior dinamização e capacidade de resposta desta estrutura da Quercus. Entre elas, destacamos: aumentar a capacidade de actuação e intervenção em diversas temáticas com integração de novos voluntários especializados em grupos de trabalho existentes ou a constituir; acolhimento de estagiários; participação em consultas públicas, emissão de pareceres e manutenção da representação nas várias Plataformas em que a Associação colabora na área do Núcleo de Lisboa; promover uma maior participação dos sócios, através de organização de actividades e melhorar a comunicação com estes.

Acompanhamento de denúncias
Uma das principais áreas de actuação do Núcleo de Lisboa tem sido o acompanhamento de denúncias efectuadas pela população que chegam de maneira frequente a esta estrutura da Quercus. Situações relacionadas com podas e abates de árvores, poluição hídrica, dos solos e atmosférica (com diferentes origens), (des) ordenamento do território e construções desadequadas são algumas das denúncias que com maior frequência nos são comunicadas. Nestes últimos dois meses em particular, damos destaque a várias questões ligadas a saneamento, nomeadamente nos sistemas que afectam o rio Tejo e ribeiras do Oeste. Menção também para os espaços verdes, onde se destacam algumas situações de abates de árvores, como as acontecidas no Jardim do Palácio dos Arcos, em Oeiras e na zona verde junto ao Seminário dos Olivais, em Loures.

Dinamização do Grupo de Apoio Técnico e integração de novos voluntários
A manutenção e constituição de grupos de trabalho em temáticas específicas é uma das principais linhas de orientação ao nível da estratégia definida para o Núcleo Regional de Lisboa. Neste sentido têm sido integrados novos voluntários com formações académicas variadas no Grupo de Apoio Técnico. Este Grupo, em articulação com a Direcção do Núcleo, tem como tarefas essenciais a elaboração de pareceres no âmbito de consultas públicas, a recolha de informação ambiental e elaboração de estudos, e o acompanhamento de denúncias quando se justifique. Pretende-se também integrar mais voluntários especializados para a criação e apoio a outros Grupos do Núcleo de Lisboa em áreas como os Espaços Verdes e Biodiversidade, Actividades Ambientais e Denúncias.

Plataforma em Defesa do Jardim Botânico
O Núcleo Regional de Lisboa continua a acompanhar esta situação, no âmbito da Plataforma em Defesa do Jardim Botânico. No decorrer de 2011, foram emitidos diversos comunicados e notas de imprensa relacionados com as actividades desenvolvidas com vista à protecção deste espaço verde importante da cidade de Lisboa. A Plataforma realizou diversas reuniões e audiências com vista a apresentar as questões que ameaçam o futuro deste Monumento Nacional e de toda sua a zona envolvente, alvo de um polémico Plano de Pormenor de iniciativa municipal, que a Plataforma contesta. De salientar ainda que o Jardim Botânico foi seleccionado para o Observatório do Fundo Mundial de Monumentos. A Plataforma irá continuar a desenvolver esforços para que o Jardim Botânico tenha a protecção que o seu estatuto merece.

Alteração na circulação do autocarro 70
No dia 3 de Março de 2012, no seguimento do Plano Estratégico de Transportes, foi efectuada uma alteração no percurso do autocarro 70 da Carris, situação que fez com que a população do Bairro do Calhau e várias entidades nas imediações deixassem de dispor do único transporte público existente naquela área da cidade. Em sequência, a Quercus emitiu um comunicado dando nota das várias implicações negativas que esta decisão acarretava. No decorrer do mês de Março e Abril foram realizadas várias reuniões com os representantes dos moradores, com quem a Quercus se solidarizou desde o início. Foi também agendada uma reunião com a Carris, na qual foi realizada uma exposição sobre o assunto. De acordo com notícias entretanto oficialmente veiculadas, o autocarro (agora, carreira 770) deverá estar já a circular no Bairro do Calhau desde o dia 16 de Abril de 2012.

Participação na acção Limpar Loures 2012
No passado dia 24 de Março, o Núcleo Regional de Lisboa associou-se à iniciativa LIMPAR LOURES 2012, promovida pela DSA - Divisão de Sustentabilidade Ambiental da Câmara Municipal de Loures, através da participação de vários elementos da sua Direcção e divulgação junto dos associados da área do Núcleo. Esta acção de limpeza decorreu, da parte da manhã, junto à foz do rio Trancão, tendo contado, sob orientação da DSA, com a colaboração de alguns grupos de escuteiros, tendo sido durante a acção recolhidos várias dezenas de sacos com resíduos.

Vanda Marques

Libério Sobreira

Libério Sobreira

Jardim Botânico da Universidade de Lisboa

PEDIDO

Sócios do Núcleo Regional de Lisboa
LISTA ELETRÓNICA

No âmbito da estratégia do Núcleo de Regional de Lisboa, é fundamental uma maior aproximação entre esta estrutura da Quercus e os seus associados, com vista a incentivar cada vez mais a sua participação e divulgar informação sobre os trabalhos que se vão desenvolvendo e as actividades programadas.

Se é sócio da área geográfica do Núcleo Regional de Lisboa e se desejar ser inscrito na lista electrónica específica, envie um email para lisboa@quercus.pt com o seu número de sócio e nome completo.

BIO GEO GRAFIA

NÚCLEO DE BRAGA

Núcleo Regional de Braga da Quercus

Curso de Poda de Fruteiras
Decorreram na Quinta Pedagógica de Real, em quatro sábados, entre Janeiro e Fevereiro, das 10h às 13h e das 14h30 às 17h30, dois Cursos de Podas de Fruteiras, cada um com 20 inscritos. Em Janeiro/Fevereiro o curso foi leccionado, maioritariamente para indivíduos licenciados: artes, saúde, economia, engenharia, entre outros, e também não licenciados. Relativamente ao curso de Fevereiro, participaram, maioritariamente, licenciados em áreas de informática, engenharia assim como docentes, além disso indivíduos com cursos técnicos e outros. Assim, entre sessões teóricas e práticas transmitiram-se conhecimentos relativos às épocas de poda, aos principais tipos de poda, aos objectivos da poda de árvores de fruto, aos diferentes tipos de frutificação e às principais pragas e doenças. No que respeita os formandos, em geral, mostraram-se interessados, curiosos e participativos. Por fim, o curso obteve boa classificação final e despertou interesse nos participantes. **Elsa Oliveira**

Curso e Apicultura em Modo de Produção Biológico
Decorreu no Mosteiro de Tibães, em dois sábados e três sextas-feiras, entre Fevereiro e Março, das 9h às 13h aos sábados e das 19h30 às 23h30 às sextas-feiras, o Curso de Apicultura em Modo de Produção Biológico, com 21 inscritos. O curso foi leccionado, maioritariamente, para indivíduos com formação até ao secundário e licenciados em áreas como: filosofia, biologia, contabilidade, electrónica, electrotecnia, educação visual, entre outras. Assim, entre sessões teóricas e práticas transmitiram-se conhecimentos relativos à biologia das abelhas, instruções para a prática de apicultura em modo de produção biológico, cuidados e preocupações com o apiário, identificação de rainhas, desdobramento de colmeias, pragas e doenças no apiário, formas de combate a doenças e pragas no apiário, constituição do mel, provas de mel, entre outros. Relativamente aos formandos o entusiasmo foi grande e a avaliação da formação muito positiva. **Elsa Oliveira**

Oficina de Hortas Verticais
O Núcleo de Braga realizou mais uma oficina de hortas verticais, no dia 17 de março, entre as 9h30 e as 17h30, na Quinta Pedagógica de Real. A atividade teve como objetivo fornecer aos seus participantes os principais conhecimentos para montar e manter uma Horta Vertical produtiva, ecológica e sustentável. Os 16 formandos tiveram ainda a oportunidade de montar uma Horta Vertical a partir de material usado, reutilizando-o (garrafas de refrigerante e madeiras de paletes) e esclarecer algumas questões nesta temática, demonstrando especial interesse em relação às espécies e plantas a utilizar e no combate a pragas e doenças. **Joana Quintas**

Oficina de Frutos do Bosque
Decorreu no dia 25 de fevereiro uma oficina de frutos do bosque orientada pelo formador José Pedro Fernandes. O espaço físico para o desenvolvimento da parte teórica ocorreu numa das salas da Quinta Pedagógica de Braga e a parte prática na estufa da mesma quinta. Participaram, nesta oficina 18 formandos. No decorrer e final da sessão o entusiasmo e persistência demonstrado, bem como as questões formuladas pelos presentes evidenciaram a satisfação das suas expectativas em relação a esta oficina, bem como promoveu a curiosidade e a vontade em aperfeiçoar conhecimentos nesta área e outras afins. **Custódia Gonçalves**

Oficina de PAM – Sementeira
Durante a tarde do último dia 17 de Março decorreu no Parque da Ponte uma Oficina de Propagação de Plantas Aromáticas e Medicinais promovida pelo Núcleo de Braga, no âmbito de protocolo com a Câmara Municipal de Braga. A oficina, dirigida pela Eng.ª Natália Costa e partilhada por 19 das 23 pessoas inscritas, dividiu-se em parte teórica e prática e, apesar do tempo instável, decorreu ao ar livre.Os participantes – maioritariamente mulheres e algumas crianças - aplicaram com afinco os ensinamentos transmitidos e semearam em vasos salsa, coentros, manjerico, manjericão, orégãos e aipo. **Américo Barbosa**

Custódia Gonçalves

Oficina de Frutos do Bosque

Américo Barbosa

Oficina de Propagação de PAM

Limpar Portugal
No sábado, 24 de Março, o Núcleo de Braga, juntamente com a Katavus - Associação Cultural e Ambiental do Vale do Cávado, Norte de Braga, a Associação Guias de Portugal e colaboradores da Naturhouse/Nornatural, num total de 30 pessoas juntou-se ao projecto Limpar Portugal e limpou o ribeiro de Pinheirinho, que nasce perto da cidade de Braga e desagua no rio Cavado, numa extensão de cerca de 6 km de linha de água.
Para maior eficiência dividiu-se o grupo de 30 pessoas participantes em 3, e cada um percorreu um troço do ribeiro e, tendo cada um desses grupos, pelo menos um elemento da Quercus munido de GPS, aproveitou para registar as irregularidade observadas, nomeadamente no que diz respeito a:
_locais onde as tampas de saneamento foram retiradas,
_locais onde havia resíduos de dimensão ou perigosidade excessiva e, que por isso, não podiam ser recolhidos pela equipa e
_locais onde o acesso à linha de água se encontrava barrado.
Estes locais foram posteriormente enviados às entidades competentes, nomeadamente à Agere, à ARH e ao SEPNA.
A actividade, que tinha começado a reunir as pessoas por volta das 14 h junto da Escola do 2.º e 3.º ciclos do ensino básico de Palmeira (onde os resíduos começaram logo a ser recolhidos pois, junto de um estabelecimento de ensino, foi considerado irónico haver tantos, pelo chão), acabou por volta das 18h, num agradável convívio, depois de dezenas de sacos estarem cheios, principalmente, de plásticos e têxteis, que tendo sido colocados, pelos voluntários, nos arruamentos ao longo do percurso, foram posteriormente recolhidos pela Agere. **Ana Cristina Costa**

Judite Dias

Alguns dos voluntários com o fruto do seu trabalho

TAXAR A EXPORTAÇÃO DE RESIDUOS

Carmen Lima
CIR - Centro de Informação de Resíduos da Quercus

Taxar a exportação de resíduos para salvar a indústria nacional de reciclagem

A Quercus está a trabalhar com a Secretaria de Estado do Ambiente e Ordenamento do Território (SEAOT), numa proposta para taxar a exportação de resíduos, sempre que para os quais exista uma solução ambientalmente adequada em Portugal, com o objetivo de garantir a sobrevivência da indústria nacional da reciclagem.

Com esta medida é dado cumprimento aos critérios de proximidade, definidos pela legislação nacional, que referem que as operações de gestão de resíduos deverão ser preferencialmente efetuadas em território nacional (ponto 1, do art.º 4.º, do Decreto-Lei n.º 73/2011, na republicação do Decreto-Lei n.º 178/2006).
Têm sido muitas as dificuldades sentidas, na maioria associadas à concorrência ilegal e à fuga de resíduos para o exterior, não só para o continente europeu mas principalmente para o asiático. **Em alguns fluxos a matéria-prima para reciclar chega a ser escassa, chegando mesmo a faltar e a afetar a própria produção. Há situações extremas, em que os industriais veem-se obrigados a recorrer a estes mercados externos concorrentes, para obter os resíduos que precisam para satisfazer as suas necessidades de matéria-prima.**
A Quercus alertou a SEAOT para as fragilidades que a exportação de resíduos tem provocado no tecido empresarial nacional, assim como os fatores que estão na sua origem e que provocam desequilíbrio no mercado da reciclagem, aos quais urge atuar.
Entre algumas das fragilidades verificadas, salientamos a exportação do plástico para países, na sua maioria asiáticos, nos quais não existem garantias que o processamento é feito de acordo com as mais elementares normas de proteção da saúde dos trabalhadores ou do ambiente. Neste caso há a destacar o filme de polietileno e também de referir o PVC, plásticos para os quais Portugal tem soluções que permitiriam a sua integral reciclagem.
Outro caso, o dos óleos alimentares usados, cuja recolha assegurada pelas autarquias é maioritariamente encaminhada para Espanha, não contribuindo assim para a redução da dependência energética nem para o cumprimento das metas de incorporação de energias renováveis do nosso país.
Por outro lado, em relação a alguns tipos de resíduos perigosos, quer os Resíduos Industriais Perigosos quer casos específicos como os resíduos contaminados com mercúrio (resultantes do processamento de lâmpadas) podem ser integralmente tratados no nosso país, mas alguns estão a ser exportados.
Também nos Resíduos de Equipamentos Elétricos e Eletrónicos se está a colocar a hipótese da sua exportação, apesar de Portugal já ter diversas unidades industriais preparadas para receber esse fluxo.
Finalmente, têm vindo a ser denunciadas publicamente situações onde existe escoamento encoberto de resíduos, como os recentes roubos de cobre e metais, configurando-se a existência de uma organização ilegal que encaminha para fora de Portugal os resíduos provenientes dos furtos.

Helder Spínola

Helder Spínola

O mercado nacional em matéria de instalações de reciclagem de resíduos, ou cujos processos produtivos permitam a incorporação destes, tem aumentado desde há uns anos a esta parte, tendo este crescimento acompanhado as exigências legais e tecnológicas mais recentes. Este desenvolvimento induziu riqueza económica e social, na medida em que gerou emprego e desenvolvimento local. Atualmente Portugal possui resposta para a maioria dos resíduos produzidos em território nacional, sendo muito reduzida a percentagem que necessita de exportação.
É curioso referir que, apesar dos critérios estipulados pela legislação, nomeadamente os de proximidade e de sustentabilidade, não existe qualquer imposto associado à sua exportação, contudo, se houver importação destes resíduos após processamento, os mesmos estão sujeitos a uma taxa alfandegária.
Face a isto é necessário desincentivar esta realidade. A Quercus acredita que a medida proposta, aplicação de uma taxa à exportação de resíduos, promoverá a inversão desta situação e proporcionará a fixação das matérias-primas, necessárias à manutenção e crescimento do sector da reciclagem, em Portugal, garantindo um encaminhamento ambiental e economicamente viável.

CUIDAR DAS PARTES COMUNS

PROJETO ECOCASA

Sara Campos

MINUTO VERDE DARÁ CONSELHOS A PARTIR DE CABO VERDE, MOÇAMBIQUE E LONDRES

Rubrica internacionaliza-se em 2012
Poucos dias após completar mais de 1530 episódios transmitidos em seis anos de emissão, o Minuto Verde vai além fronteiras. A entrada no sétimo ano de emissão coincidiu com as primeiras gravações internacionais da rubrica, que dedicará, em 2012, um conjunto de episódios a dois países africanos de língua portuguesa: Cabo Verde e Moçambique. O Minuto Verde é produzido pela Quercus desde 2006, sendo exibido todos os dias úteis, um pouco antes das 8h, 9h e 10h, no Bom Dia Portugal, programa informativo das manhãs da RTP1, mas também transmitido na RTP Informação, RTP África e RTP Internacional.

Além da tomada de consciência da audiência significativa do programa nestes países, através da RTP África e RTP Internacional, tem-se registado um crescente investimento dos governos locais e empresas em práticas de sustentabilidade, que ganham ainda mais importância no caso de países em desenvolvimento e com fortes valências naturais.

Episódios de Cabo Verde já no ar

Neste momento, estão já a ser exibidos os episódios gravados em Cabo Verde, 20 no total, que incidiram em temas como a conservação dos valores naturais existentes, quer de fauna, quer de flora; a preservação de recursos naturais, em particular da água – um bem escasso neste país; o potencial de aproveitamento de energias renováveis e a integração da comunidade em iniciativas e projetos ambientais.

Depois de Cabo Verde, Moçambique é o país que se segue no roteiro do Minuto Verde, estando prevista a gravação também de aproximadamente 20 episódios, divididos entre a região de Maputo e o Parque Nacional da Gorongosa, e abordando igualmente uma diversidade de temas, entre conservação da natureza e biodiversidade, recursos hídricos, ecoturismo, ordenamento de território e resíduos.
A deslocação aos países de língua portuguesa contou com apoio financeiro de várias entidades: Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), do Programa Ambiente da Fundação Gulbenkian, Caixa Geral de Depósitos, Galp Energia, Grupo Sumol-Compal e Martifer. A Quercus contou também com o apoio logístico da TAP Portugal, Visabeira Moçambique (Grupo Visabeira) e Grupo Pestana. Os temas abordados e a logística local resultaram também da cooperação entre a Quercus, os mecenas e também os Ministérios do Ambiente de Cabo Verde e Moçambique.

Olímpicos mais Verdes

Outro destino do Minuto Verde em 2012 será Londres, por ocasião dos Jogos Olímpicos de Verão que se realizarão nesta cidade no mês de Junho, e cuja organização tem vindo a assumir várias preocupações e compromissos de sustentabilidade, desde as infra-estruturas à gestão de recursos. Durante o período da realização dos jogos serão emitidos episódios relativos às boas práticas ambientais associadas ao evento e previamente gravados nos diversos locais das provas. A deslocação a Londres contou com ajuda organizativa da Embaixada do Reino Unido em Lisboa, com o apoio financeiro da Deloitte e da Harvard Engineering e o apoio logístico da TAP Portugal.

Todos os episódios do Minuto Verde ficam disponíveis online em http://www.rtp.pt, no próprio dia da sua emissão televisiva. Os telespectadores poderão continuar a colocar as suas dúvidas ou sugestões pelo endereço de correio electrónico quercus@quercus.pt.

NOVOS LIMITES À CIRCULAÇÃO RODOVIÁRIA EM LISBOA

Zona de Emissões Reduzidas alargada e com maior exigência
Desde o passado dia 2 de abril que existem novas regras na circulação rodoviária em Lisboa, com o alargamento da Zona de Emissões Reduzidas (ZER) na capital e uma maior exigência na área entre o Marques de Pombal e o Terreiro do Paço. Nesta Zona 1, criada em julho de 2011, deixaram de poder circular, nos dias úteis entre as 7h e as 21h, veículos ligeiros e pesados anteriores a 1992.

A exigência aumentou agora com o alargamento, em abril passado, desta área a uma ZER mais abrangente (Zona 2, na qual se integra a Zona 1), delimitada pelas Avenidas de Ceuta, das Forças Armadas, dos Estados Unidos da América, Marechal António Spínola, Santo Condestável e Infante D. Henrique e o Eixo Norte/Sul.

Além desta expansão geográfica, as restrições de circulação passam a ser mais exigentes na Zona 1 (troço Marquês de Pombal – Terreiro do Paço), onde deixam de poder circular todos os veículos anteriores a 1996 – sejam de passageiros, mercadorias, motociclos ou transporte público – com exceção para os táxis (que estarão isentos apenas até ao final deste ano), veículos de emergência e de residentes nesta área.

A decisão de se avançar com uma maior exigência da ZER em Lisboa é mais um passo do leque de medidas que fazem parte dos planos e programas para a melhoria da qualidade do ar e do respetivo programa de execução.

Desde 2005 que Portugal está a infringir a legislação nacional e comunitária em matéria de qualidade do ar, dado que tem vindo a ultrapassar, e muito, os limites estabelecidos no que respeita às concentrações de partículas inaláveis (PM10), sendo que desde 2010 tal também se verifica para o poluente dióxido de azoto (NO2). As consequências para a saúde, em algumas áreas de Lisboa mais poluídas, significam vários meses de vida retirados à custa da elevada poluição do ar, cuja causa é, evidentemente, o tráfego rodoviário.

A implementação de uma Zona de Emissões Reduzidas faz todo o sentido, porque retira de uma área ainda considerável da cidade os veículos mais antigos, anteriores a 1992 (portanto anteriores às normas EURO, sem catalisador), que poluem várias dezenas de vezes mais que os veículos novos (norma EURO 5). Por outro lado, a maior exigência no centro da cidade vem retirar veículos anteriores a 1996, nos dias úteis entre as 7h e as 21h, daquela que é a área com piores níveis de poluição do ar em Lisboa.

Sendo este um passo fundamental, há que não esquecer outras medidas como as restrições de estacionamento automóvel no interior da cidade, a promoção do transporte público ou os planos de mobilidade das empresas com grande número de trabalhadores (no centro da cidade de Lisboa ou mesmo as vias de alta ocupação).

Em Portugal, e nomeadamente em Lisboa e área circundante, ainda há um longo caminho a percorrer na promoção de uma mobilidade mais sustentável, suficiente para melhorar significativamente a qualidade do ar.

CUIDAR DAS PARTES COMUNS

PROJETO ECOSAFE

Sara Campos

UTILIZAÇÃO INCORRETA DOS ELETRODOMÉSTICOS PODE AUMENTAR O SEU CONSUMO EM 40%

A apresentação de resultados do projecto EcoSave, que decorreu no passado mês de Março, juntou em Setúbal cerca de 50 pessoas, entre agências de energia, entidades públicas, empresas e consumidores. Este projeto analisou o impacte real da utilização dos eletrodomésticos no consumo de energia, cuja fatia no consumo total de uma habitação é de 33%.

Até que ponto a eficiência energética na compra pode ser anulada pelos hábitos incorretos dos utilizadores?
Foi a pergunta a que o projeto EcoSave se propôs a responder, e que o Prof. Carlos Banha, do Instituto Politécnico de Setúbal desenvolveu durante a sua intervenção. Foram apresentadas várias situações em que o comportamento influencia negativamente o consumo dos equipamentos. Por exemplo, abrir a porta do frigorífico de forma brusca pode fazer aumentar 16% do consumo do mesmo. No caso do forno, os testes mostraram que leva cerca de 20 minutos a temperatura do forno cair cerca de 100ºC e portanto é viável desligar o forno 10 a 15 minutos antes do cozinhado estar pronto. As simulações realizadas mostraram ainda que lavar a roupa a 60ºC pode gastar 3 vezes mais energia do que um programa de lavagem de roupa a frio.

Orlando Paraíba, coordenador do projeto, fez a apresentação das várias ferramentas desenvolvidas, nomeadamente o sitio na internet (www.ecosave.org.pt), no qual consta um simulador e ainda o guia de informação ao consumidor.

Acrescentou ainda que estão a ser visitadas mais de 350 lojas do segmento, nas quais se irão distribuir 40 mil brochuras relativas ao projeto, abrangendo também formação aos vendedores sobre a utilização eficiente de eletrodomésticos.

Em representação da Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE), esteve Cristina de Barros, que mostrou a importância do Plano de Promoção para a Eficiência no Consumo (PPEC), evidenciando que o benefício dos projectos corresponde a 9 vezes o investimento realizado pelo PPEC.

João Francisco, do Instituto Politécnico de Setúbal e Valter Sousa, da DECO, vieram mostrar como é importante consumidores informados para conseguir a alcançar uma melhor gestão do consumido de energia.

Rui Bento da Míele demonstrou de que forma os fabricantes também podem ter um papel importante na eficiência energética pela inovação tecnológica dos eletrodomésticos, com a redução do consumo de energia no seu funcionamento e outras medidas como a utilização de fontes renováveis de água quente, pela ligação de máquinas de lavar aos painéis solares de aquecimento de água.

Coordenação e Parceiros
Este projecto é coordenado pela ENA, Agência de Energia e Ambiente da Arrábida e financiado pelo PPEC, Plano de Promoção da Eficiência no Consumo de Energia Elétrica (PPEC), promovido pela ERSE. Como parceiros de projeto, o EcoSave conta com a colaboração da AMES (Agência Municipal de Energia de Sintra), AMEC (Agência Municipal de Energia de Cascais), OEINERGE (Agência Municipal de Energia de Oeiras), S.ENERGIA (Agência Regional de Energia do Barreiro, Moita, Montijo e Alcochete), AMESEIXAL (Agência Municipal de Energia do Seixal), da Quercus – A.N.C.N. e da Escola Superior de Tecnologia de Setúbal.

.TOPTEN

16 MARCAS JÁ ADERIRAM

Selo Topten distingue no mercado os modelos de baixo consumo presentes em HYPERLINK "http://www.topten.pt" www.topten.pt
Decorreu no passado mês de abril, na loja Media Markt de Alfragide, a sessão de lançamento do Selo Topten, que contou com a presença de representantes das várias marcas que já aderiram a esta iniciativa. Este Selo foi desenvolvido pela Quercus com o objetivo de divulgar, no mercado, os produtos distinguidos pelo projeto Topten, em www.topten.pt, como os mais eficientes em termos de consumo energético.

Neste lançamento, foi feita uma entrega simbólica a 15 das 16 empresas já aderentes à data deste artigo: Ford, Lexus, Nissan, Renault, Toyota, Mazda, Honda, Tensai, Gorenje, LG, Liebherr, Whirlpool, Miele, Canon, Oki e Philips. Este conjunto de marcas abrange já todas as oito categorias que neste momento existem no Topten.pt, incluindo máquinas de lavar roupa e loiça; lâmpadas de baixo consumo; frigoríficos; arcas e congeladores; impressoras e multifunções, monitores e ainda automóveis. A Quercus entregou, gratuitamente, a estas marcas um Selo personalizado para cada um dos seus modelos reconhecidos em www.topten.pt, podendo utilizá-lo no respetivo modelo ou em materiais publicitários do mesmo.

De acordo com Francisco Ferreira, da Quercus, presente nesta sessão de lançamento, "este Selo é uma ferramenta para divulgar as marcas mais eficientes, com mais preocupações em desenvolvimento tecnológico e boas práticas ambientais dos consumidores. Será mais uma útil ajuda para os consumidores identificarem, diretamente nos suportes publicitários e nos pontos de venda, os produtos menos consumidores em termos energéticos".

Para Manuel Coimbra, Director da Media Markt Portugal, superfície onde decorreu esta sessão, "esta inicitiva é muito importante pois vem reforçar a informação que prestamos aos consumidores para a compra de equipamentos mais eficientes".

O objectivo é conseguir abranger o maior número de marcas presentes em www.topten.pt, entre o total das 71 actualmente representadas nas oito categorias do Projecto.

No sentido de acompanhar a evolução do mercado, a Quercus realiza, anualmente, a atualização das várias categorias de produtos. Como tal, a renovação, destituição ou nova atribuição do Selo será feita de acordo com as atualizações, de modo a que os produtos assinalados nas lojas correspondam sempre aos que estão listados em HYPERLINK "http://www.topten.pt" www.topten.pt.

22 DE ABRIL, DIA DA TERRA

Direção Nacional da Quercus

Quercus considera necessário tomar opções rumo a um futuro mais sustentável do Planeta

A Quercus junta-se a milhares de outras organizações para, em 2012, assinalar, pela quadragésima segunda vez, o Dia da Terra. Infelizmente, mais de quatro décadas passadas desde o momento em que se designou internacionalmente um dia para celebrar o Planeta Terra, o caminho percorrido não tem ido no bom sentido e a nossa capacidade de conhecer e respeitar os limites da sustentabilidade do Planeta não tem progredido.

Casos de más práticas nacionais e opções de futuro

Em Portugal, muitos dos projetos desenvolvidos nos últimos anos são insustentáveis tanto do ponto de vista financeiro como, sobretudo, ambiental: entre inúmeros maus exemplos, avultam a construção de estradas atravessando áreas ecológicas sensíveis e que estimulam o uso do automóvel com a consequente poluição; a construção de barragens com um rendimento muito limitado mas que destruíram património natural único; ou, ainda, a implantação de urbanizações e empreendimentos em zonas de solos produtivos ou ecologicamente relevantes, como áreas da Reserva Ecológica Nacional, Reserva Agrícola Nacional ou Rede Natura 2000.

Num cenário de crise económica nacional e internacional, que tem acabado por relegar as questões ambientais para segundo plano, é importante não esquecer que continuamos a viver uma crise ambiental, com problemas tão graves como o aquecimento global, a perda de biodiversidade, o crescimento exponencial da população humana ou a massificação dos padrões de consumo. Ignorar estes problemas que têm reflexos diretos do ponto de vista ambiental, mas também do ponto de vista social e económico, e adiar decisões que necessitam de ser tomadas urgentemente, não irá resolver as questões, mas agravá-las futuramente, com as inerentes consequências nocivas para todo o planeta e, naturalmente, para a espécie humana também.

À escala nacional e planetária, o paradigma dominante tem sido o de estimular a produção e o consumo descontrolados, escamoteando que os recursos naturais, que estão na base de toda a economia, são finitos e escassos, e os consumos energéticos devem ser necessariamente limitados. De modo a que se caminhe para uma economia mais sustentável, o futuro deverá passar pela atribuição do valor real às externalidades associadas (como os impactes ambientais dos seus produtos e serviços e o benefício dos serviços prestados pelos ecossistemas naturais), a valorização das boas práticas ambientais pelas empresas e a preferência dos consumidores por bens e serviços com menores impactes ambientais e maior valor acrescentado.

O contributo de cada um de nós

No dia dedicado ao Planeta Terra, não será de mais recordar que todos podemos e devemos ser agentes de mudança e promotores de um desenvolvimento sustentável, nos diversos contextos da nossa vida. Abdicar desse papel equivalerá a contribuir diretamente para a manutenção da atual situação de desequilíbrio. E este é um cenário em que todos perdem, logo, a evitar a todo o custo.

Aqui deixamos algumas propostas:

- Reduzir o consumo de carne proveniente da produção intensiva e preferir alimentos de origem vegetal (frutas, legumes, cereais e leguminosas);
- Preferir alimentos produzidos em modo de produção biológico;
- Não adquirir animais ou produtos de animais em vias de extinção;
- Plantar espécies autóctones;
- Poupar água;
- Reduzir o consumo de energia;
- Pensar bem antes de comprar um qualquer bem ou serviço (refletir sobre a sua necessidade, utilidade e impacto em termos de sustentabilidade/gasto de recursos, poluição e impacto no fim da vida, condições sociais em que foi produzido);
- Preferir produtos nacionais;
- Andar a pé, de bicicleta e de transportes colectivos;
- Respeitar os mesmos princípios em qualquer contexto: trabalho, escola, férias, etc.
- Exigir que os nossos representantes políticos assumam políticas que promovam a sustentabilidade;
- Exigir que as empresas disponibilizem produtos e serviços mais sustentáveis e que o comprovem através de certificações independentes.

A caminho da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio+20

Vinte anos após a primeira Cimeira da Terra – Rio 92, Governos, instituições internacionais, ONG e sociedade civil de todo o Mundo irão participar na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (CNUDS ou "Rio+20"), em que o foco central será a transição para uma economia verde global, no contexto da erradicação da pobreza, e a governança para um desenvolvimento sustentável.

Na semana em que se comemora o Dia da Terra, a Quercus e a Rede Lusófona para o RIO +20, em parceria com a C.M. Gaia, apresentaram a campanha internacional intitulada "O que nos une a todos", enquadrada no âmbito da realização da Conferência Rio+20, que decorre no Rio de Janeiro, Brasil, de 20 a 22 de junho deste ano. A campanha "O que nos une a todos" vai consistir numa série de ações a realizar ao longo dos próximos dois meses, como o lançamento de uma música com o mesmo título, de um videoclip, a organização de conferências e o lançamento da iniciativa "5 Saídas Para a Crise".

CUIDAR DAS PARTES COMUNS

QUERCUS APRESENTOU OS PRINCIPAIS PROBLEMAS DA GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS EM PORTUGAL

Carla Graça
Grupo de Trabalho da Água

Idalina Perestrelo

No Dia Mundial da Água, que se comemorou no dia 22 de Março, a Quercus apresentou os principais problemas na gestão da água e dos recursos hídricos em Portugal.

Planos de Gestão de Região Hidrográfica ainda não aprovados
Os Planos de Gestão de Região Hidrográfica (PGRH) que, de acordo com o estipulado na Directiva-Quadro da Água, deveriam ter entrado em vigor em 2009, ainda não foram aprovados, encontrando-se a decorrer neste momento os procedimentos de consulta pública.
Os PGRH pretendem e devem ser um documento estratégico na gestão das bacias hidrográficas e as suas directrizes deverão reflectir-se na realidade prática dos diversos utilizadores dos recursos hídricos. No entanto, face à conjuntura económica e à nova realidade institucional, falta saber como vão os PGRH, cuja elaboração teve início num contexto bastante diferente do actual, dar resposta às dificuldades económicas que a Administração Central e o País atravessam.

Plano Nacional da Água continua atrasado
Também o Plano Nacional da Água continua muito atrasado, dado que deveria ter sido publicado em 2010. É por demais evidente a urgência da sua concretização, pois trata-se de um instrumento de gestão das águas, de natureza estratégica, que estabelece as grandes opções da política nacional da água e os princípios e as regras de orientação dessa política, a aplicar pelos Planos de Gestão de Bacias Hidrográficas e por outros instrumentos de planeamento e gestão dos recursos hídricos.

Metas de saneamento ainda longe do objectivo
De acordo com informação do Relatório sobre a Sustentabilidade do Sector da Água, aprovado recentemente pela Comissão Parlamentar de Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local, as metas constantes no PEAASAR II (Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais) para 2012 ainda se encontram longe do objectivo proposto, registando-se um desvio de 9% na drenagem e de 19% no tratamento de águas residuais.

Descargas poluentes frequentes nas linhas e massas de água
Verificam-se ainda muitos casos de descargas ilegais provenientes de indústrias ou de instalações agro-pecuárias, sem que estes casos sejam devidamente punidos pelas entidades competentes. A fiscalização efectuada nem sempre é eficaz, verificando-se com frequência uma desarticulação entre as várias entidades com competências de fiscalização.
Casos emblemáticos como as descargas recorrentes na Ribeira dos Milagres, ou outros, como o recente caso de descargas no Rio Tejo na Freguesia de Santana, em Nisa, e no Rio Almonda, demonstram claramente uma ineficácia das autoridades competentes na resolução destes flagelos.
A Estratégia Nacional para os Efluentes Agro-Pecuários e Agro-Industriais (ENEAPAI), aprovada em 2007, ainda não produziu quaisquer efeitos práticos, necessitando de uma adaptação urgente à realidade e conjuntura económica actuais.

Degradação dos rios e das suas margens
Verifica-se, de uma forma infelizmente demasiado generalizada, a degradação das margens dos cursos de água, com depositação de resíduos nas suas margens, proliferação de espécies invasoras e ocupação indevida dos leitos de cheia. A clarificação das competências das várias entidades e dos utilizadores envolvidos é crucial para a resolução deste problema.

Perda de conectividade dos rios provocada por infra-estruturas hidroeléctricas
A instalação de infra-estruturas hidroeléctricas diversas nos cursos de água afectam de forma muito significativa a conectividade e a ligação ao longo dos mesmos. Estas infra-estruturas não só afectam os caudais dos rios, como contribuem muito significativamente para a degradação da qualidade da água e impedem a passagem de peixes migratórios, muitos destes com elevado valor económico. A título de exemplo, refira-se que o PGRH do Tejo regista que todas as massas de água a jusante de infra-estruturas hidráulicas apresentam má qualidade. Um estudo da Autoridade Florestal Nacional (AFN) refere que, de entre as várias passagens para peixes existentes em Portugal, uma parte significativa não funciona, apresenta deficiências de funcionamento ou não cumpre os objectivos propostos. Os dispositivos de passagens para peixes, podendo ajudar a minimizar o problema causado pela barreira que constitui uma infra-estrutura hidroeléctrica, não constituem por si só um garante eficaz da conectividade dos rios. Por outro lado, as infra-estruturas hidroeléctricas têm um impacte muito significativo na retenção de sedimentos e na alteração da hidromorfologia dos rios, com graves consequências ao nível da erosão costeira.
Tendo em conta os problemas apresentados, verifica-se que foram atribuídas várias concessões para infra-estruturas hidroeléctricas, sejam as constantes no Programa Nacional de Barragens com Elevado Potencial Hidroeléctrico (PNBEPH), sejam as resultantes dos concursos para mini-hídricas lançados em Setembro do ano passado, ainda antes da entrada em consulta pública dos PGRH. Exemplo emblemático deste último caso é a construção de uma mini-hídrica no Rio Mondego que irá inviabilizar a escada de peixes existente no açude de Coimbra. Uma vez mais, assistimos à concretização de projectos com um potencial de dano significativo para os cursos de água, previamente aos processos de planeamento e gestão adequados.

Incumprimento da Convenção de Albufeira
São recorrentes os relatos de falta de água no Rio Tejo, em particular junto à fronteira com Espanha. Em pleno período de seca, a escassez de água no Rio Tejo e os diminutos caudais que se registam à entrada em Portugal vêm uma vez mais demonstrar a necessidade urgente da revisão da Convenção de Albufeira.
Outro factor de preocupação é o anunciado transvase Tejo-Segura, que tem sido veiculado inúmeras vezes por diversos meios de comunicação em Espanha, mas em relação ao qual as autoridades nacionais não parecem ter nem informação, nem posição oficial.

Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água ainda sem implementação
A Quercus vem recordar de novo a necessidade e a urgência, para mais tendo em conta que grande parte do país atravessa um período de seca extrema, da implementação do Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água (PNUEA), que tem como principal finalidade a promoção do uso eficiente da água em Portugal, especialmente nos sectores urbano, agrícola e industrial, contribuindo para minimizar os riscos de escassez hídrica e para melhorar as condições ambientais nos meios hídricos. Recordamos que o PNUEA foi aprovado em 2005, pela Resolução do Conselho de Ministros nº 113/2005, de 30 de Junho, mas por vários motivos, entre os quais a inércia dos diferentes decisores ao longo destes anos, não foi ainda implementado.
Com efeito, um conjunto de medidas de poupança que foram devidamente listadas e avaliadas no referido Programa deveriam estar já há alguns anos em aplicação nos sectores da agricultura (o maior consumidor e com maior desperdício, com cerca de 80% do consumo total de água em Portugal), do abastecimento de água de consumo humano e da indústria. As acções constantes no PNUEA são fundamentais para reduzir os custos das entidades e dos consumidores e deviam fazer parte de uma estratégia de desenvolvimento sustentável do país e de uma melhor preparação para épocas de seca, como a que agora atravessamos.

Núcleo
Regional
do Porto

Loja Quercus

Consuma de forma mais responsável, equilibrada e sustentável!

Horário

Segunda a Sexta
9 – 18 horas

Sábados e Domingos
19, 26 de Maio

Quinta da Gruta,
Maia

E-loja Quercus

Caso não seja da área do Grande Porto, pode também adquirir de forma prática e cómoda os produtos da Loja Quercus.

Para isso basta aceder à página: e-loja.quercus.pt.

CONSELHO AMBIENTAL

A germinação do pilriteiro, Crataegus monogyna, é dificultada pela dupla dormência (embrião e tegumento) que as sementes apresentam.

Assim os frutos devem ser recolhidos antes da completa maturação, no Verão. Extrair de imediato as sementes por maceração. Lavar muito bem em várias águas. Escarificar ou fazer uma incisão, pois o tegumento é muito duro e grosso (comparativamente ao embrião), não é fácil e tem de se ter particular cuidado para não danificar o frágil embrião. Semear a 0,5 -1cm.

No caso da sementeira primaveril, após a escarificação, estratificar a quente 25ºC 1-2 meses e depois a frio 4-5 meses.

Para mais informações consultar “Da semente se faz a árvore” p.42 e 43, **http://www.criarbosques.org**

LIVROS

O Homem Sem Dinheiro
de Mark Boyle

Imagine-se a viver um ano inteiro sem dinheiro. Mark Boyle, um antigo empresário, fez precisamente isso e esta é a sua extraordinária e emocionante história. Como será que a família e os amigos reagem? O que é que se come? Onde é que se vive? Como é que isso afeta a nossa vida social e as nossas relações? Como é que nos lavamos? Neste livro marcante, Mark Boyle descobre-o da maneira mais dura e, no decorrer da sua experiência, explora as consequências problemáticas da nossa obsessão pelo dinheiro. Enternecedor, cheio de humor e pleno de conselhos em como poupar dinheiro.

Editor: Bertrand Editora

P.V.P.: €15,50

LINKS

http://www.birdlife.org _Birdlife

http://saudeambiental.net _Saúde Ambiental

http://saudeambiental.net _ Blog do Árvores Vivas

ECOTOPIA

Luís Ferreira

Palheiro de Terra com Selvagem Grande ao fundo

Luís Ferreira

Topo da Baía das Pardelas na Selvagem Grande

Luís Ferreira

Osga das Selvagens

Luís Ferreira

Selvagem Pequena

Luís Ferreira

Cagarra

A Reserva Natural das Ilhas Selvagens é constituída por um grupo de pequenas ilhas desabitadas, nomeadamente, a Selvagem Grande, a Selvagem Pequena e o ilhéu de Fora. Tem uma área total de 9455 hectares, é delimitada pela batimétrica dos 200 metros e inclui todas as ilhas e ilhéus, integrando a Região Biogeográfica da Macaronésia. Constituem o território português mais a Sul, distando cerca de 300 quilómetros da ilha da Madeira e 150 quilómetros das ilhas Canárias. O acesso só se faz por mar, não existindo viagens regulares para estas ilhas.

As Selvagens são ilhas oceânicas de origem vulcânica, possuindo um património geológico de grande valor. Situam-se na rampa Continental Africana e nunca estiveram em contacto com o Conti-nente Africano.

A Selvagem Grande, com uma área de cerca de 245 hectares, tem uma forma pentagonal, sendo caracterizada pelo relevo bastante acentuado e por uma extensa zona de planalto que cai abruptamente sobre o mar em agrestes falésias vulcânicas resultantes da erosão. Este planalto eleva-se a cerca de 100 metros acima do nível do mar e o ponto mais alto é atingido no Pico da Atalaia a 163 metros.

A Selvagem Pequena e o ilhéu de Fora ficam à distância de 20 quiló-metros para Sudoeste da Selvagem Grande e representam o que resta de picos vulcânicos submarinos. Nunca foram alvo da introdução de qualquer espécie animal ou vegetal, o que lhes confere uma elevada autenticidade e integridade. A distância entre a Selvagem Pequena e o ilhéu de Fora é de cerca de dois quilómetros.

A Selvagem Pequena apresenta uma forma muito irregular, perfil baixo e achatado, sendo quase totalmente coberta por areias calcárias, onde existem deposições de areias marinhas formando baías originadas por erosão. Possui uma área de 20 hectares, é circun-dada por numerosos recifes que tornam o desembarque difícil. Nas marés baixas existem baixios planos extensos que ficam emersos duplicando a superfície da Ilha. O ilhéu de Fora é também coberto por areia calcária. A sua altitude máxima é atingida no Pitão Pequeno com 18 metros e tem uma área de 8,1 hectares.

Embora tenham sido feitas várias tentativas de colonização humana, das quais ainda existem alguns vestígios na Selvagem Grande - muros de pedra, uma velha cisterna e respetivos canais – as ilhas nunca foram colonizadas devido à inospicidade do local e à inexis-tência de água.

Logo após a sua descoberta foram exploradas para a recolha de Urzela, um líquen que cresce, espontaneamente, nas rochas em escarpas e, o seu comércio tornou-se muito próspero no século XVIII. Várias espécies de Barrilha eram colhidas para serem utilizadas na produção de sabão. Os proprietários das ilhas Selvagens tinham boas fontes de rendimento com a pesca e salga do peixe, que era vendido na ilha da Madeira, assim como, a extração de estrume resultante da acumulação de excrementos de Cagarra, usado na fertilização das terras agrícolas na referida ilha mãe.

A atividade mais lucrativa na história das Selvagens foi a caça das Cagarras. De Setembro a Outubro de cada ano, ou no fim da época de reprodução, eram organizadas expedições a estas ilhas com o intuito de capturar o máximo possível de juvenis que eram mortos e aproveitados para serem utilizados de várias formas, desde o consumo humano direto ao uso de penas para o fabrico de colchões. A última expedição às ilhas Selvagens, para a matança dos juvenis de Cagarra, partiu do Funchal a 15 de Setembro de 1967.

As ilhas Selvagens encontram-se legalmente protegidas desde 1971, como reserva, tendo sido a primeira de Portugal. Em 1978 foram classificadas como reserva Natural. Desde 1992, são distin-guidas com o Diploma Europeu do Conselho da Europa para Áreas Protegidas, como reconhecimento do grande interesse do seu Património Natural, bem como do trabalho desenvolvido em prol da Conservação. Integram a Rede Natura 2000, como Zona de Proteção Especial (ZPE) e Zona Especial de Conservação (ZEC). Desde 1976 que existe presença humana permanente nestas ilhas. Atualmente esta presença, determinante para afirmar a Soberania Nacional naquele espaço, é assegurada pelos Vigilantes da Natu-reza do Serviço do Parque Natural da Madeira.

Biodiversidade na Reserva Natural das Ilhas Selvagens

As ilhas Selvagens constituem um habitat único no mundo para as plantas, onde ainda existem ecossistemas num estado inalterado, praticamente intocados. Estas ilhas contêm a percentagem mais elevada de endemismos por unidade de superfície, de toda a Região Biogeográfica da Macaronésia. A vegetação e a flora da Selvagem Pequena e do ilhéu de Fora são compostas apenas por espécies nativas e endémicas, sem registo de introduções. A cobertura florís-tica terrestre das Selvagens compreende mais de uma centena de espécies, das quais 11 são endémicas destas ilhas, sendo exemplo a Cila-da-Madeira, a Estreleira e a Figueira-do-inferno. A nível de briófitos são dadas nove espécies.

A fauna vertebrada das ilhas Selvagens é caracterizada pela presen-ça das aves marinhas que aqui se reproduzem e pela ausência de mamíferos nativos. Por serem um santuário de nidificação estão classificadas como *"Important Bird Area"*, possuindo condições singulares e únicas em todo o mundo.

Da avifauna nidificante conhecem-se nove espécies, entre as quais, a Cagarra, Calcamar, Alma negra, Roque de castro e Pintainho. A colónia de Cagarras constitui a colónia desta espécie com maior densidade em todo o mundo. Contudo, a ave mais numerosa destas ilhas é o Calcamar com cerca de quarenta mil casais, sendo na Selvagem Pequena que existe o maior número de ninhos.

As aves residentes que podem ser encontradas durante todo o ano nas ilhas Selvagens são os Corre-caminhos, um passariforme cuja subespécie é a mesma que se encontra nas ilhas Canárias mas não no arquipélago da Madeira.

Outros vertebrados que podemos encontrar são a Osga e a Lagartixa, espécie e subespécie, respetivamente, que ocorrem exclusivamente nestas ilhas.

Podemos ainda encontrar um apreciável número de invertebrados endémicos, sobretudo insetos (34 espécies e subespécies), dos quais se destaca uma espécie muito rara de escaravelho, no ilhéu de Fora. Nos gastrópodes terrestres registam-se 8 espécies dadas para as Selvagens, sendo uma endémica destas ilhas e uma endémica da Macaronésia.

O sistema litoral é constituído por uma costa rochosa bastante exposta ao hidrodinamismo marinho. Na Selvagem Grande, predo-mina a costa rochosa com declive bastante acentuado, enquanto, na Selvagem Pequena e ilhéu de Fora prevalecem as plataformas rochosas com pequenas praias de areia branca. No mar adjacente destas ilhas, encontram-se alguns prolongamentos rochosos, pequenos ilhéus e uma grande quantidade de baixios. As reentrân-cias rochosas, que se mantêm mais húmidas e escuras, são o *habitat* preferencial de algumas espécies de crustáceos, como o Caranguejo-cabra e, de gastrópodes, como os Caramujos, as Cracas e as Lapas.

Nas superfícies menos povoadas por algas, existe uma fauna muito variada que inclui Esponjas, Anémonas, Estrelas-do-mar e muitas espécies de peixes. Nos fundos rochosos, são frequentes os Ouriços-do-mar, sendo a espécie dominante, o Ouriço-de-espinhos-compridos. No grupo dos peixes, abundam o Bodião, a Dobrada e a Boga entre muitas outras espécies.

Várias espécies de tartarugas como de mamíferos marinhos também podem ser observadas nas águas circundantes destas ilhas.

Parque Natural da Madeira
Para mais informação consulte: **www.pnm.pt**

RETRATO

RESERVA NATURAL DAS ILHAS SELVAGENS

Parque Natural da Madeira

DATA
2 de Junho de 2012

DURAÇÃO
4 h

HORÁRIO
14h30 - 18h30

LOCAL
Quinta da Maúnça, Rasa
6300 Guarda

PÚBLICO ALVO
Público em geral

PRÉ-REQUISITOS
Maiores de 15 anos

Nº DE PARTICIPANTES
Mínimo 12; máximo 16

INSCRIÇÃO/INFORMAÇÕES
guarda@quercus.pt
irene.c.morais@gmail.com

PREÇO POR FORMANDO
30 euros

APRESENTAÇÃO Nada substitui o brilho saudável que resulta de cuidarmos de nós próprios de forma natural. E encontramos na natureza todas as respostas para o cuidado do rosto e corpo.
O que lhe propomos neste workshop é a descoberta do prazer de elaborar e aplicar os seus próprios produtos a partir de ingredientes naturais e procedimentos simples.

OBJETIVO GERAL No final do workshop, os participantes deverão ser capazes de elaborar e saber aplicar cosméticos naturais básicos.

CONTEÚDOS GERAIS:
- Vantagens dos cométicos naturais;
- Ingredientes e materiais necessários;
- Tipos de pele e cuidados básicos de rosto e corpo;
- Demonstração de algumas receitas para elaboração de cosméticos naturais:
  - Loções de limpeza;
  - Esfoliantes rosto e corpo;
  - Máscaras rosto, mãos;
  - Máscaras cabelo.

RECURSOS MATERIAIS Os materiais a utilizar pelos formandos serão disponibilizados na formação.

FORMADORA Irene Morais - irene.c.morais@gmail.com - 918 265 974

PARTICIPAR

O Tua já foi acampado durante 10 dias no acampamento Actua pelo Tua (http://acampamentoactua.wordpress.com/programa/acampamento/).

Durante 10 dias viveu-se o TUA, partilharam-se experiências (entre quem vive ali e quem vive acolá), criaram-se redes de acção/informação/sociais sobre questões ambientais, sociais e políticas, foram várias as acções de protesto - a invasão do estaleiro com a mensagem "Nem mais uma barragem – Actua"; a plantação de um sobreiro, símbolo dos milhares que já foram cortados pelas obras, com a mensagem "Cresce, Resiste, Actua", um "assentamento" de centena e meia de pessoas em frente ao principal estaleiro de construção da barragem. Houveram também projecções de filmes sobre despovoamento e caminhadas pelo vale prestes a ser destruído.

Foram vários os argumentos que se ouviram durante o acampamento-protesto contra a construção da barragem: afogamento de uma linha de comboio com 125 anos (linha do Tua) cuja função de transporte de bens e pessoas era essencial para a região e cuja manutenção teria um potencial muito maior para o seu desenvolvimento económico e social permanente; a insustentabilidade financeira da construção da barragem (hipoteca causada a três gerações futuras pela construção da barragem); a destruição dos ecossistemas de forma irreversível; a forte possibilidade da desclassificação do Alto Douro Vinhateiro como património da humanidade; a destruição de solos agrícolas e de culturas como a vinha; a deterioração da qualidade da água, tornando-a imprópria para as actividades humanas; o custo insustentável da produção de energia.

A EDP distribui dividendos pelos seus accionistas. A lógica da ganância capitalista torna os recursos naturais mercadorias e a sua exploração intensiva uma realidade no Vale do Tua. A destruição de ecossistemas leva também à rápida destruição das comunidades que deles vivem. No caso do Tua a EDP legitima a construção da barragem junto das populações com a chantagem da escassez de trabalho. Ainda as primeiras cartas estão na mesa e o bluff é já óbvio: apenas 5 habitantes de Foz-Tua trabalham na barragem, cujos estaleiros estão equipados com cantinas, contribuindo pouco para a tal dinamização da economia local, mesmo nas fases mais intensas do trabalho. Um dia a obra acaba e o que sobrará vai ser um vale submergido por um espelho de água morta, mantido por meia dúzia de funcionários especializados da EDP. Não nos sobram muitos rios, num território já cortado em fatias por dezenas de autoestradas. Até quando?

O acampamento Actua pelo Tua colocou em prática os princípios de uma vida comunitária, partilhando recursos e experiências. Quem veio tomou parte do funcionamento do acampamento, resolvendo problemas e tomando decisões desde uma estrutura horizontal e auto-organizada. Havia um painel fotovoltaico cedido gentilmente pela FuturoAgora [http://www.futuragora.pt/] de modo a mostrar alternativas à forma centralizada de obtenção de energia. A esta forma de viver e resistir assistiram diariamente vários agentes da autoridade, presentes em número invulgar, ultrapassando em número os acampados, perante o espanto de uma população pouco acostumada a tal presença policial. Fardados ou à paisana, alguns confessaram-se até detractores da barragem mas, contra si mesmos, representaram o Estado, defendendo as obras que diariamente destroem o Vale do Tua.

A resistência contra a construção da barragem foi também uma vivência: conviver diariamente com a construção da barragem no Tua, as suas explosões e o seu trabalho ininterrupto. Por outro lado, conviver com um vale que ainda vive, laranjais e ribeiras que não queremos submersos. Para os que lá estiveram a vontade de parar a barragem não pode senão ter crescido, gerado ainda mais união e assim se fortalecer.

A construção destas barragens é um balão de oxigénio, pensado para manter a respirar lucros de grandes grupos económicos. Esta forma de enfrentar a crise demonstra perfeitamente que o que vivemos não é na realidade crise, mas o corrente funcionamento das coisas. De maquilhagem 'ecológica' destroem-se vorazmente ecossistemas e paisagens culturais, com a promessa de emprego e desenvolvimento, submergem-se recursos e afundam-se regiões no abandono. Resta-nos rebentar estes balões, um por um, de alfinete na mão, sabendo que o ar que contêm será um dia de todos.

VIVEU-SE RESISTÊNCIA NO TUA

Fotos _ Vânia Seixas

ZOOM

Mara Sé, Bruno Caracol e Marcos Pais

CONTO DA NATUREZA

A GRALHA GRACINDA E A CABRA URZELINA - UMA AMIZADE NA SERRA

Cláudia Silva ilustração: **Nicolau Fernandes**

- Ó marido, chega aqui.
- O que foi querida?
- O cachopo está com fome. Podes ver se encontras uns escaravelhos ou umas larvas para ele?
- Olha, porque não vais tu e aproveitas para falar com a cabra Urzelina que parece que te queria falar?
- Está bem, mas vais ter que ser tu a arrumar o algar* então.
-Ó Gracinda, tu e as arrumações. Hoje temos visitas?
- A Geraldina e o Joaquim são capazes de vir cá passar uns tempos. O inverno está aí a chegar e lá em cima já não se aguenta o frio.
- Pronto, pronto, eu vou dar um jeito, mas vê se não te demoras, o miúdo está a ficar impaciente.
- Vá, volto já.

O pasto verdejante da serra fica logo abaixo do algar onde vive a gralha-de-bico-vermelho** Gracinda e o seu marido mais o novo rebento. As cabras pastam tranquilamente e mastigam bem as últimas ervas antes que chegue o pastor para as recolher.

Gracinda procura Urzelina, uma pequena cabra serrana, ruça e de pêlos compridos. Assim que a avista vai ter com ela.

-Bééééééééééé, olá Gracinda! Ainda bem que apareceste, nem sabes o que tenho para te contar!
-Então Urzelina, quais são as novidades?
- Pois então parece que o pastor Severino vai ter que ir uns tempos para o hospital.
-Não me digas! Que se passa?
-Oh, sabes que já não é novo, acho que tem que ser operado aos ossos... coisas da velhice.
-Coitado.
- Mas o pior não é isso. É que vais ter que lá ficar uns tempos e pelos vistos não tem ninguém para o substituir.
- Então ele não tinha um filho?
- Tem, mas o rapaz foi viver para a cidade, tem lá a família e sabes como é... já não querem saber da terra e de nós para nada.
- Pois, mas quando cá vem nunca se esquece de levar uns queijinhos dos teus.
- Pois, isso não!
- Então e o que vos vai acontecer sem o Severino?
- Pois, não sei. Devemos de ir para um curral qualquer, na melhor das hipóteses.
- Isso quer dizer que vão deixar de pastar aqui???
- Quase de certeza. Sem ninguém para nos trazer...
- Oh não! Isso é uma desgraça. Onde é que eu irei buscar a minha comida? Este pasto e esta terra remexida deixa de existir sem vocês a pastar aqui.
- Bem sei. E sabes que o pastamos com todo o gosto, adoramos as urzes daqui.
-Ai Urzelina, o que vai ser de nós?
- As gralhas-de-bico-vermelho não se vão aguentar aqui sem nós. E tu e o teu marido ainda por cima agora com um pequeno, não se podem afastar muito do ninho para ir buscar a comida.
- E logo agora que tínhamos encontrado este algar tão jeitoso. Até vamos ter um casal amigo a viver connosco uns tempos.

Ao longe, começa a ouvir-se a melodia de uma flauta.

- Olha, vem lá o Severino!
- Ai, deixa-me ir embora que ainda tenho que apanhar a comida para o cachopo.
- Olha vai ali ao fundo que andamos lá a pastar esta tarde. A terra ainda deve estar fresca e arejada.
- Obrigada Urzelina. Vamos lá a ver no que isto dá. Até amanhã.

Gracinda regressa a casa com o bico cheio de larvas e com as más notícias. As gralhas Geraldina e Joaquim já lá estão.

- Nem me digas isso Gracinda, isto já está tão mau para nós...
- A nossa população tem vindo a diminuir a olhos vistos. Aqui nas Serras de Aire e Candeeiros dizem que já só somos uns cem.
- E por este andar cada vez seremos menos. Sem o pastoreio, com a agricultura intensiva que há por aí, sem comida para nós, os químicos que as pessoas usam na agricultura e a malta que anda por aí a explorar a serra e as nossas grutas e algares, não tarda não temos mesmo para onde ir!
- E eu que pensava que este algar ía ser a nossa casa para o resto dos nossos dias... agora com o pequeno e tudo.
- O que será de nós?

Algum tempo depois...

- Bom dia Sr.Severino!
-Bom dia.
- Eu sou o Lucas, o novo pastor. Venho substitui-lo na sua ausência.
-Bem aparecido sejas rapaz!
- Venho por causa do programa de conservação da Gralha-de-bico-vermelho da serra dos Candeeiros, criado pela Quercus.
- E sabes tocar a flauta?
- Ainda não, mas hoje venho para que me ensine tudo o que preciso saber.
- Então já vamos à flauta. Esta é a Urzelina, aquela é a Cimbalina, esta a...

Severino apresentou todas as cabras a Lucas, o pastoreio tradicional continuou e a Gracinda e a família ficaram com o seu algar.

Vai pastar, deixa a gralha ficar!

*cavidade natural na rocha que surge devido ao efeito de escavação da água

***Pyrrhocorax pyrrrhocorax*

AGRICULTURA

DR 69 SÉRIE I de 2012-04-05
Resolução da Assembleia da República n.º 41/2012 - AR
Recomenda ao Governo que tome medidas que permitam relançar a cultura da beterraba-sacarina em Portugal
Decreto-Lei n.º 85/2012 - MAMAOT
Aprova as normas técnicas do Plano de Controlo e Erradicação da Doença de Aujeszky
DR 76 SÉRIE I de 2012-04-17
Portaria n.º 104/2012 - MAMAOT
Suspende temporariamente certas condições de acesso e compromissos aos beneficiários da Medida n.º 2.1 «Manutenção da atividade agrícola em zonas desfavorecidas», da Medida n.º 2.2 «Valorização dos modos de produção», da Ação n.º 2.2.1 «Alteração dos modos de produção», da Ação n.º 2.2.2 «Proteção da biodiversidade doméstica», de alguns apoios da Medida n.º 2.4 «Intervenções territoriais integradas» e da Ação n.º 2.3.2 «Ordenamento e recuperação de povoamentos», do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente, designado por PRODER, e prevê a intervenção das estruturas locais de apoio (ELA) na definição de orientações e na autorização de ajustamentos de compromissos mediante análise das situações concretas e a evolução da situação climática

ÁGUA / OCEANO

DR 42 SÉRIE I de 2012-02-28
Portaria n.º 51/2012 - MAMAOT
Aprova a delimitação de perímetros de proteção de captações de águas subterrâneas situadas no concelho de Gavião
DR 47 SÉRIE I de 2012-03-06
Decreto-Lei n.º 51/2012 - MAMAOT
Transpõe a Directiva n.º 2009/21/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de Abril de 2009, relativa ao cumprimento das obrigações do Estado de bandeira, destinada a reforçar a segurança marítima e a prevenção da poluição causada por navios
DR 50 SÉRIE I de 2012-03-09
Portaria n.º 56/2012 - MAMAOT
Altera a portaria n.º 688/2008, de 22 de julho (2.ª série), que aprova a delimitação dos perímetros de proteção das captações de água subterrânea nos denominados pólo da Golpilheira e pólo da Calvaria de Baixo, no concelho da Batalha
Portaria n.º 57/2012 - MAMAOT
Aprova delimitação de perímetros de proteção de captações de águas subterrâneas de Silveira e Troviscal situadas no concelho de Oliveira do Bairro
DR 60 SÉRIE I de 2012-03-23
Portaria n.º 72/2012 - MAMAOT
Aprova a delimitação do perímetro de proteção da captação de água designada por FPC-SPC - Palhaça, situada em Palhaça, concelho de Oliveira do Bairro
Portaria n.º 73/2012 - MAMAOT
Aprova a delimitação do perímetro de proteção da captação de água subterrânea denominada Minas da Castelhana, situada no concelho de Ílhavo
DR 61 SÉRIE I de 2012-03-26
Portaria n.º 78/2012 - MAMAOT
Aprova a delimitação do perímetro de proteção da captação de água subterrânea, designada por FO(D)-SOBOC - Oiã, no concelho de Oliveira do Bairro
DR 83 SÉRIE I de 2012-04-27
Portaria n.º 114/2012 - MAMAOT
Declara a praia da Bafureira, no concelho de Cascais, como praia de uso suspenso
Portaria n.º 115/2012 - MAMAOT
Procede à identificação das águas balneares para o ano de 2012 e à fixação das respetivas épocas balneares

CONSERVAÇÃO DA NATUREZA/FLORESTA/ CAÇA/PESCA

DR 52 SÉRIE I de 2012-03-13
Lei n.º 12/2012 - AR
Revoga o Código Florestal
DR 56 SÉRIE I de 2012-03-19
Portaria n.º 60/2012 – MF, MAMAOT
Concede, a título excecional, um período especial de registo de espécimes de espécies abrangidas pelo âmbito de aplicação das Portarias n.os 1226/2009, de 12 de outubro, e 7/2010, de 5 de janeiro, e procede à primeira alteração à Portaria n.º 1226/2009, de 12 de Outubro
DR 57 SÉRIE I de 2012-03-20
Resolução da Assembleia da República n.º 32/2012 - AR
Recomenda ao Governo a adoção de um programa nacional de erradicação do fogo bacteriano em Portugal
Resolução da Assembleia da República n.º 33/2012 - AR
Recomenda o reforço das medidas de combate às patologias vegetais e a criação de um conselho científico para a monitorização de pragas e doenças na produção agrícola e florestal
Resolução da Assembleia da República n.º 34/2012 - AR
Recomenda ao Governo que apresente, com a maior brevidade possível, o plano de ação nacional para o controlo do fogo bacteriano e avalie possíveis fontes de financiamento para ressarcir os agricultores e os viveiristas dos prejuízos sofridos
Decreto Legislativo Regional n.º 9/2012/A – RAA - AL
Estabelece o regime jurídico do acesso e utilização de recursos naturais da Região Autónoma dos Açores para fins científicos
DR 66 SÉRIE I de 2012-04-02
Decreto Legislativo Regional n.º 15/2012/A – RAA - AL
Estabelece o regime jurídico da conservação da natureza e da biodiversidade

ENERGIA/ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS/ POLUIÇÃO DO AR /MOBILIDADE

DR 53 SÉRIE I de 2012-03-14
Decreto-Lei n.º 60/2012 - MEE
Transpõe a Diretiva n.º 2009/31/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de abril, e estabelece o regime jurídico da atividade de armazenamento geológico de dióxido de carbono (CO(índice 2))
DR 61 SÉRIE I de 2012-03-26
Resolução da Assembleia da República n.º 38/2012 - AR
Recomenda ao Governo que estude uma alternativa que viabilize a requalificação e modernização da linha férrea do Vouga, tendo como pressuposto a sua sustentabilidade
Decreto-Lei n.º 74/2012 - MEE
Estabelece o regime de extinção das tarifas reguladas de venda de gás natural a clientes finais com consumos anuais inferiores ou iguais a 10 000 m3 e adota mecanismos de salvaguarda dos clientes finais economicamente vulneráveis
Decreto-Lei n.º 75/2012 - MEE
Estabelece o regime de extinção das tarifas reguladas de venda de eletricidade a clientes finais com consumos em baixa tensão normal (BTN) e adota mecanismos de salvaguarda dos clientes finais economicamente vulneráveis
DR 62 SÉRIE I de 2012-03-27
Resolução do Conselho de Ministros n.º 37/2012 - PCM
Aprova medidas urgentes tendo em conta a atual situação de seca e cria a Comissão de Prevenção, Monitorização e Acompanhamento dos Efeitos da Seca e das Alterações Climáticas
DR 72 SÉRIE I de 2012-04-11
Decreto-Lei n.º 90/2012 - MEE
Transpõe a Diretiva n.º 2009/126/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de outubro de 2009, relativa à fase II da recuperação de vapores de gasolina durante o reabastecimento de veículos a motor nas estações de serviço

ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

DR 52 SÉRIE I de 2012-03-13
Decreto n.º 3/2012 - MNE
Aprova a Emenda à Convenção sobre a Avaliação dos Impactes Ambientais Num Contexto Transfronteiras, adotada em Sófia, a 27 de fevereiro de 2001
DR 53 SÉRIE I de 2012-03-14
Decreto-Lei n.º 62/2012 - MAMAOT
Integra a gestão do Programa da Rede Rural Nacional (PRRN) na autoridade de gestão do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente (PRODER) e extingue a autoridade de gestão do PRRN
DR 55 SÉRIE I de 2012-03-16
Portaria n.º 59/2012 - MAMAOT
Aprova a alteração da delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Grândola, enquadrada no procedimento de elaboração do Plano de Pormenor da UNOP 4 – Tróia
DR 58 SÉRIE I de 2012-03-21
Portaria n.º 65/2012 - MAMAOT
Aprova a alteração da delimitação da Reserva Ecológica Nacional do concelho de Moura
Portaria n.º 66/2012 - MAMAOT
Aprova a alteração da delimitação da Reserva Ecológica Nacional do concelho de Vila Real de Santo António
DR 59 SÉRIE I de 2012-03-22
Portaria n.º 68/2012 - MAMAOT
Aprova a delimitação da Reserva Ecológica Nacional do concelho de Mesão Frio
Portaria n.º 69/2012 - MAMAOT
Aprova a delimitação da Reserva Ecológica Nacional do concelho de Ribeira de Pena
DR 60 SÉRIE I de 2012-03-23
Portaria n.º 70/2012 - MAMAOT
Aprova a alteração da delimitação da Reserva Ecológica Nacional do concelho de Paredes de Coura
Portaria n.º 71/2012 - MAMAOT
Aprova a delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Vila Nova de Famalicão
DR 62 SÉRIE I de 2012-03-27
Resolução do Conselho de Ministros n.º 38/2012 - PCM
Cria a Equipa para os Assuntos do Território
DR 64 SÉRIE I de 2012-03-29
Resolução do Conselho de Ministros n.º 39/2012 - PCM
Suspende parcialmente, pelo prazo de três anos, o Plano de Ordenamento da Orla Costeira de Ovar-Marinha Grande, com vista à implantação de equipamentos de utilização coletiva
Portaria n.º 85/2012 - MAMAOT
Aprova a alteração da delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Albufeira
DR 71 SÉRIE I de 2012-04-10
Portaria n.º 98/2012 - MAMAOT
Aprova a alteração da delimitação da Reserva Ecológica Nacional do concelho de Estarreja, enquadrada pelo Plano de Urbanização do Polígono Nascente da Área de Desenvolvimento Programado do Espaço Industrial
Portaria n.º 99/2012 - MAMAOT
Aprova a alteração da delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Grândola, enquadrada no procedimento de revisão do Plano de Urbanização da UNOR3 - Carvalhal e Lagoas Travessa e Formosa
Portaria n.º 100/2012 - MAMAOT
Aprova a alteração da delimitação da Reserva Ecológica Nacional do concelho da Chamusca, enquadrada pela necessidade de instalação do Centro Integrado de Valorização e Tratamento de Resíduos Hospitalares e Industriais
DR 74 SÉRIE I de 2012-04-13
Portaria n.º 101/2012 - MAMAOT
Aprova a delimitação da Reserva Ecológica Nacional do concelho de Grândola, enquadradas nos procedimentos de elaboração do Plano de Pormenor da UNOP7 e do Plano de Pormenor da UNOP8

RESÍDUOS

DR 57 SÉRIE I de 2012-03-20
Portaria n.º 63/2012 - MAMAOT
Estabelece um regime excecional aplicável à iniciativa «Projeto limpar Portugal»
DR 83 SÉRIE I de 2012-04-27
Decreto Legislativo Regional n.º 8/2012/M – RAM - AL
Cria e aprova o regime jurídico da taxa ambiental pela utilização de embalagens não reutilizáveis na Região Autónoma da Madeira, denominada de ECOTAXA

SUBSTÂNCIAS QUÍMICAS

DR 60 SÉRIE I de 2012-03-23
Decreto-Lei n.º 72/2012 - MS
Transpõe as Diretivas n.os 2011/10/UE, 2011/11/UE, 2011/12/UE e 2011/13/UE, da Comissão, de 8 de fevereiro, com alteração da lista de substâncias ativas que podem ser incluídas em produtos biocidas, tendo em vista a proteção da saúde humana e animal, bem como a salvaguarda do ambiente

OUTROS

DR 43 SÉRIE I, 1º SUPLEMENTO de 2012-02-29
Decreto-Lei n.º 49-A/2012 - MAMAOT
Aprova a orgânica da Direcção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos

DR 44 SÉRIE I de 2012-03-01
Decreto Legislativo Regional n.º 7/2012/A – RAA - AL
Estabelece o regime jurídico da instalação, exploração e funcionamento dos empreendimentos turísticos

DR 51 SÉRIE I de 2012-03-12
Decreto-Lei n.º 56/2012 - MAMAOT
Aprova a orgânica da Agência Portuguesa do Ambiente, I. P.

DR 52 SÉRIE I de 2012-03-13
Decreto Regulamentar n.º 30/2012 - MAMAOT
Aprova a orgânica da Direcção-Geral do Território

DR 52 SÉRIE I, 1º SUPLEMENTO de 2012-03-13
Decreto do Presidente da República n.º 51-B/2012 - PR
Nomeia, sob proposta do Primeiro-Ministro, o Dr. Artur Álvaro Laureano Homem da Trindade para o cargo de Secretário de Estado da Energia
DR 57 SÉRIE I de 2012-03-20
Decreto-Lei n.º 68/2012 - MAMAOT
Aprova a orgânica do Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I. P.
Decreto-Lei n.º 69/2012 - MAMAOT
Aprova a orgânica do Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária, I. P.
Decreto Regulamentar n.º 32/2012 - MAMAOT
Aprova a orgânica da Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural
Decreto Regulamentar n.º 33/2012 - MAMAOT
Aprova a orgânica da Secretaria-Geral do Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território
DR 61 SÉRIE I de 2012-03-26
Decreto Regulamentar n.º 34/2012 - MAMAOT
Aprova a orgânica do Gabinete de Planeamento e Políticas
DR 72 SÉRIE I de 2012-04-11
Decreto Regulamentar n.º 39/2012 - MAMAOT
Aprova a orgânica das Direções Regionais de Agricultura e Pescas
DR 78 SÉRIE I de 2012-04-19
Resolução da Assembleia da República n.º 52/2012 - AR
Apoio à candidatura de Portugal à Dieta Mediterrânica incluída na Lista Representativa do Património Imaterial da Humanidade
DR 79 SÉRIE I de 2012-04-20
Decreto-Lei n.º 95/2012 - MAMAOT
Assegura a execução na ordem jurídica interna das obrigações decorrentes do Regulamento (CE) n.º 1221/2009, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro de 2009, relativo à participação voluntária de organizações situadas dentro ou fora da Comunidade num sistema comunitário de ecogestão e auditoria.

LEGENDA

AR – Assembleia da República
MAMAOT - Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território
MEE – Ministério da Economia e Emprego
MEC – Ministério da Educação e Ciência
MF – Ministério das Finanças
MNE - Ministério dos Negócios Estrangeiros
MS – Ministério da Saúde
MSSS - Ministérios da Solidariedade e da Segurança Social
PCM - Presidência do Conselho de Ministros
PCM – CJ - Presidência do Conselho de Ministros - Centro Jurídico
RAA - AL - Região Autónoma dos Açores - Assembleia Legislativa
RAA - PG - Região Autónoma dos Açores - Presidência do Governo
RAA – SGAM – Região Autónoma dos Açores – Secretaria-geral do Ambiente e do Mar
RAM - AL – Região Autónoma da Madeira - Assembleia Legislativa

Fonte: Diário da República Electrónico – Sumários (http://dre.pt/)

LEGISLAÇÃO AMBIENTAL

ECO RECEITAS

TARTE DE LEGUMES

Ingredientes

Para a massa: 200g de farinha de trigo não refinada, 1 ovo, 90g de manteiga, uma pitada de sal.

Para o recheio: um molho de nabiças, grelos ou agrião, ou ainda ervas silvestres (urtigas, labaças, acelgas silvestres), 1 cebola, 1 ou 2 dentes de alho, azeite q.b., 200g de queijo ralado, temperos: sal, pimenta (moída na hora).

Modo de preparação

Massa: Misturar todos os ingredientes amolecendo previamente a manteiga e tender numa forma de tarte.

Recheio: Cozer os legumes. Saltear no azeite a cebola e alho picadinhos. Juntar o queijo ralado. Verter na massa.

Vai ao forno a 200ºC durante 30-40 minutos.

(adaptado por Alexandra Azevedo de: O Livro Completo da Cozinha Vegetariana, Centralivros, Lda, 2005)

Nome: Ricardo José Teixeira Nabais

Idade: 28 anos

Função na Quercus: Dirigente do Núcleo da Guarda

Descrição das funções que desempenha
Dirigente do núcleo da Guarda, onde dirigo os trabalhos dos voluntários e coordeno as várias atividades que se vão desenvolvendo no Núcleo.
Captação de voluntários e novos colaboradores para o Núcleo, representação da Quercus em várias reuniões e solicitações que vão aparecendo.

Como aconteceu a sua vinda para a Quercus
Em 2004 quando precisei de material para fazer um trabalho académico sobre recursos naturais e biodiversidade, dirigi-me ao núcleo da Quercus Guarda, onde um dos dirigentes na altura Agostinho Ferreira, tinha sido meu professor na escola profissional, então aí fui convidado para fazer voluntariado no núcleo e mais tarde tornei-me sócio. Nas eleições seguintes constitui uma equipa e fomos a eleições para a Direção do Núcleo, tendo sido eleitos.
Desde esse ano que tenho tentado manter o núcleo a funcionar com mais alguns voluntários.

Em que área de trabalho da Quercus mais se revê
Projetos de conservação da Natureza e biodiversidade, captação de novos recursos humanos para o núcleo, e ainda a tentar responder às diversas solicitações que nos chegam com diversas problemáticas ambientais, e que são cada vez mais.
Sensibilização e educação sustentável nas escolas.

O que mais a preocupa em matéria ambiental
A falta de água e os incêndios florestais, as alterações climáticas, e a desertificação.

Diga-nos o que faz todos os dias pelo ambiente:
Redução do consumo de água nas tarefas dárias, as poucas compras que faço são nos mercados locais, dado que os meus pais tem uma horta e consumo a maioria dos produtos que eles produzem, e sempre que posso dou uma ajuda nas lides agrícolas.
Vigio e faço algumas ações de gestão numa área protegida privada - a Faia Brava, onde trabalho atualmente, preservando os habitats naturais do vale do Côa.
Vou sensibilizando os amigos e conhecidos para os problemas do consumo insustentável, e tento que eles mudem alguns hábitos de gestão dos recursos que utilizam diariamente, água, luz.
Incentivo as pessoas a voltar a ter horta e a produzirem alguns dos seus alimentos que consomem diariamente consoante a época do ano.

ROSTOS QUERCUS

PEDIDO DE VOLUNTÁRIOS PARA O NÚCLEO REGIONAL DE LISBOA

No âmbito da estratégia definida pelo Núcleo Regional de Lisboa para 2012, está prevista a continuidade dos Grupos de Trabalho actualmente existentes, nomeadamente o Grupo de Actividades Ambientais e o Grupo de Apoio Técnico e a constituição novos Grupos em temáticas especificas, com a integração de novos voluntários.
Para uma maior facilidade, em termos de participação presencial regular em reuniões, nos trabalhos e nas iniciativas em geral, os voluntários a integrar nos Grupos deverão ter residência, desenvolver as suas actividades profissionais ou de estudo no Distrito de Lisboa e concelho de Benavente.
A actual Direcção do Núcleo Regional de Lisboa faz um apelo para que os sócios possam desenvolver uma maior participação ao nível de voluntariado no trabalho contínuo desta estrutura da Quercus.

Grupo de Actividades Ambientais

Pretende-se continuar a dinamizar um conjunto diversificado de iniciativas na área geográfica de intervenção do Núcleo de Lisboa, como visitas e passeios pedestres e de bicicleta, percursos interpretativos e de diagnóstico, plantações de árvores autóctones, concursos fotográficos, peddy-papers, palestras, workshops e cursos sobre diversas temáticas, pelo que se pretende recrutar voluntários que tenham experiência em realizar actividades deste âmbito e que demonstrem um forte interesse e capacidade para realizá-las.

Grupo de Espaços Verdes e Biodiversidade

Este Grupo procurará apoiar os trabalhos do Núcleo de Lisboa nestas temáticas que se apresentam, no que respeita ao seu historial, como umas das principais fontes de solicitações externas, e que possui um grande potencial para o desenvolvimento de iniciativas. Pretende-se também que auxilie na recolha de informação para apoio à decisão, emissão de pareceres, realização de estudos e apoio no planeamento e realização de actividades. Preferência para voluntários com formação em Agronomia, Arquitectura Paisagística, Biologia e áreas relacionadas.

Grupo de Denúncias

Pretende-se criar um Grupo direccionado para o acompanhamento das denúncias que chegam diariamente ao Núcleo de Lisboa. As denúncias incidem sobre as temáticas mais variadas pelo que necessitamos de voluntários com formação ou experiência diversificada, embora com especial necessidade na área de Direito, preferencialmente Direito do Ambiente. Os trabalhos assentam na recolha de informação prévia, preparação de comunicações às entidades competentes, deslocações ao terreno para pesquisa, levantamento e confirmação de informação, gestão e actualização da base de dados informatizada existente, e apoio jurídico.

Grupo de Apoio Técnico

Continuamos a necessitar de voluntários especialistas com formação e/ou experiência nas áreas de Economia, Engenharia do Ambiente, Geografia (Planeamento/SIG), Geologia, Ordenamento do Território, Psicologia Ambiental, Sociologia, Urbanismo, entre outras, para o Grupo de Apoio Técnico. Este grupo multidisciplinar está vocacionado para a participação em consultas públicas, elaboração de pareceres e estudos, acompanhamento de denúncias ambientais específicas e outras colaborações em que seja necessário um apoio mais técnico e especializado.

Instruções para candidatura

Se tiver interesse em colaborar, candidate-se através do preenchimento do formulário em:
http://bit.ly/voluntariadoquercuslx e envie uma mensagem com o CV para lisboa@quercus.pt

Imprima e envie para QUERCUS-ANCN - Gestão de Sócios - Apartado 230 - 7801-903 Beja

QUERCUS - Associação Nacional de Conservação da Natureza
Gestão de Sócios

E-mail: gestaosocios@quercus.pt * Telf.: 284 321 326

Boletim de Admissão a Sócio

A preencher pela Quercus	
Nº Sócio	Estatuto
Núcleo	Data

Nome:
Sexo (F/M):
Morada:
Localidade: C.P. __ __ __ __ - __ __ __
Concelho: Distrito: País:
Telefone: Fax: E-mail:
BI nº: Data Nasc: / / Nacionalidade:
Nº de Contribuinte: Profissão:
Data: Assinatura:

Quota anual: Júniores (até 16 anos) - 8 Euros | Estudantes (até 25 anos) - 13 Euros | Adultos - 20 Euros | Colectivos - 45 Euros

Modo de Pagamento

☐ Numerário | Valor _____
☐ Cheque/Vale Postal* | Nº _____ Banco: _____ Valor: _____
☐ Transferência Bancária* | Data: _____ Valor: _____

A preencher pela Quercus

Recebido (Núcleo/CEA/etc.) **Receptor da Inscrição**

* Deve ser enviado juntamente com esta ficha o cheque/vale postal/comprovativo de transferência bancária.

FICHA TÉCNICA

PROPRIEDADE: Quercus – Associação Nacional de Conservação da Natureza

MORADA:
Centro Associativo Bairro do Calhau,
Bairro do Calhau,
1500-045 Lisboa

TELEFONE: 217 788 474

FAX: 217 787 749

EMAIL QUERCUS AMBIENTE:
jornal@quercus.pt

SITE QUERCUS: www.quercus.pt

DIRECTOR: Nuno Sequeira

DIRECÇÃO EDITORIAL:
Idalina Perestrelo

MARKETING: Marcos Bartilotti

GRAFISMO: Ideia Clara. Design

COLABORARAM NESTE NÚMERO:
Alexandra Azevedo; Alfredo Cunhal Sendim; Ana Cristina Costa; Américo Barbosa; Bruno Caracol; Carla Graça; Carmen Lima; CIR – Centro Informação Resíduos; Cláudia Silva; Condomínio da Terra; Custódia Gonçalves; Direcção Nacional da Quercus; Ecocasa; Elsa Oliveira; Idalina Perestrelo; Grupo de Trabalho da Água; Joana Quintas; Jonathan Whiteley; Mara Sé; Marco Pais; Núcleo Regional de Aveiro da Quercus; Núcleo Regional de Braga da Quercus; Núcleo Regional da Guarda da Quercus; Núcleo Regional de Lisboa da Quercus; Núcleo Regional do Litoral Alentejano da Quercus; Núcleo Regional do Porto da Quercus; Núcleo Regional do Ribatejo e Estremadura da Quercus; Nuno Sequeira; Parque Natural da Madeira; Paula Silva; Paulo Magalhães; Planetazul; Plataforma Transgénicos Fora; Ricardo Nabais; Sara Campos; Susana Fonseca; Zoë Lindo

FOTO CAPA: JOÃO HERDEIRO

FOTOS: Alexandra Azevedo; Américo Barbosa; Custódia Gonçalves; Dário Cardador; Hélder Spínola; Idalina Perestrelo; Judite Dias; Libério Sobreira; Luís Ferreira; Maria José Henriques; Nicolau Fernandes; Núcleo Regional do Porto da Quercus; Núcleo Regional do Ribatejo e Estremadura da Quercus; Paula Silva; Ricardo Nabais; Vanda Marques; Vânia Seixas

IMPRESSÃO: Mirandela Artes Gráficas

TIRAGEM: 10 000 exemplares

DEPÓSITO LEGAL Nº: 200020/03

O conteúdo dos artigos constantes nesta publicação é da exclusiva responsabilidade dos seus autores.

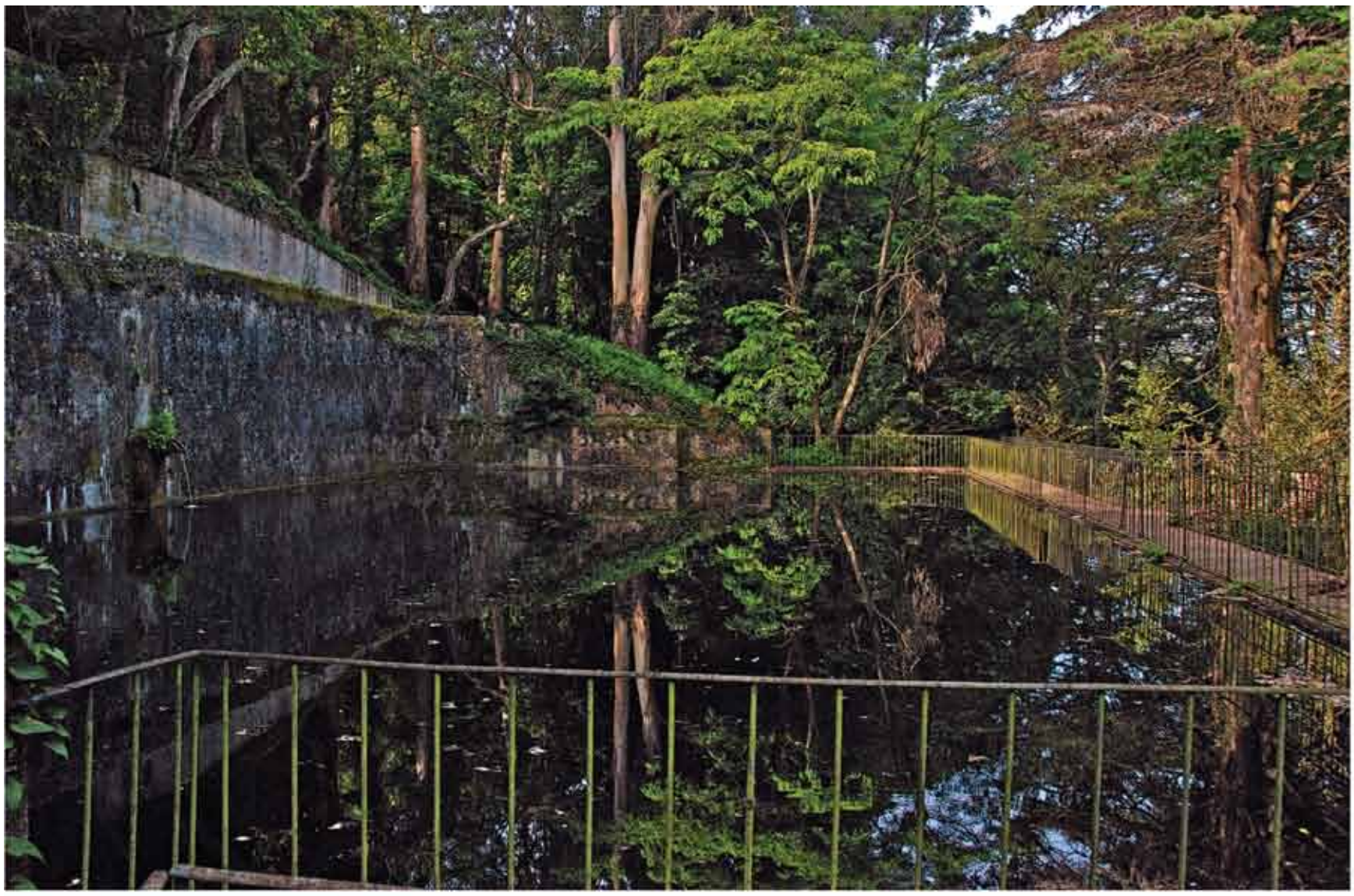
MECENAS PRINCIPAL

REN Redes Energéticas Nacionais

MECENAS JORNAL

valorpneu

VEOLIA ÁGUA



WORKSHOP DE DESENHO DE CAMPO

30 de Junho

Almáa Sintra Hostel

O Almáa Sintra Hostel é um hostel ecológico, localizado em plena Serra de Sintra. Insere-se na Quinta dos Lobos, uma propriedade com jardins luxuriantes, de enorme riqueza natural, proporcionando uma oportunidade única para a prática de desenho de campo.

Programa

Workshop de 6 horas, das 10:00h-18:00h

Inscrições no workshop

20€ de inscrição no workshop

Inscrições e mais informações contactar

telmacosta@quercusancn.pt

Reservas no Almáa Sintra Hostel

10% desconto na estadia para os participantes que desejem ficar no fim-de-semana

Reservas para estadia (indicar que é participante no curso)

info@almaasintrahostel.com

http://almaasintrahostel.com

Com o apoio